

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

6 a 12 de Janeiro de 1992 Nº 20

QUATRO TURISTAS BRITÂNICOS FORAM MORTOS NA HUÍLA (Angola) O CALCANHAR DE AQUILES ANGOLANO

No último dia 3 de janeiro foram assassinados quatro jovens, que faziam parte de um grupo de sete turistas britânicos que viajavam pela zona de Quilengues, na província da Huíla, próximo a uma área de acantonamento da UNITA.

O incidente, que demonstra o muito que falta para a normalização da situação do país, dificilmente será esclarecido, pois a administração do Estado não está estabelecida nesta região. A ausência de unidade administrativa impede também o recenseamento eleitoral, sem o qual torna-se impossível a realização das eleições marcadas para setembro. Fontes militares informaram ao Público que o armamento pesado utilizado na guerra, por ambos os lados, não está sendo depositado nas áreas de concentração. Segundo Fernando da Piedade ("Nando"), representante do governo na CCPM, a UNITA estaria concentrando civis nos lugares destinados ao acantonamento de militares (pp. 06-07)

FUNDAMENTALISTAS ÀS PORTAS DA EUROPA (África Geral-Argélia)

Terminado o primeiro turno das eleições legislativas na Argélia, a Frente Islâmica de Salvação (FIS) obteve 184 cadeiras, contra 26 da Frente das Forças Socialistas (FFS) e apenas 16 da Frente de Libertação Nacional (FLN), no poder desde a independência. A FIS só precisa conquistar mais 32 cadeiras no segundo turno, que terá lugar em janeiro, para alcançar maioria absoluta no Parlamento. O presidente interino da FIS, Abdelkader Hachani (o presidente e vice-presidente titulares, Madini e Belhadj, encontram-se presos pelo Exército), já admitiu a possibilidade de alteração da Constituição de 1989. A perspectiva de instalação de um Estado islâmico integrista assusta não só os setores "burgueses" da Argélia, como também os países vizinhos, Tunísia, Marrocos e França. O único obstáculo institucional à islamização do Estado é

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS - CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 801. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro - Brasil Cep: 20011.

o presidente Benjedid, da FLN, cuja posição não parece ser das mais sólidas, devido à falta de legitimidade de seu mandato, que expira em 1993. (p.02)

MAIORIA ABSOLUTA PARA ANC

BOMBAS NA ÁFRICA DO SUL

A revista Financial Mail divulgou em Joanesburgo, no dia 31 de dezembro de 1991, uma pesquisa que revela as inclinações do eleitorado sul-africano, tendo em vista eleições sob o regime de sufrágio universal. Em um Parlamento de 200 lugares, o ANC, que tem a preferência de 54,21% do eleitorado, obteria 110 cadeiras. O Partido Nacional, no poder desde 1948, teria 47 (22,87% dos votos), e o Inkatha nove (4,37% dos votos). A Organização Popular da Azânia (AZAPO), o Congresso Pan-Africano (PAC) e o Partido Comunista (SACP) conseguiriam eleger oito deputados cada, enquanto o Partido Democrático elegeria seis e o Partido Conservador quatro. Como a aprovação da Constituição necessita de dois terços do Parlamento, seria indispensável o recurso a composições, incluindo provavelmente o ANC e o Partido Nacional. Nelson Mandela, líder do ANC, admitiu a possibilidade do Parlamento da Cidade do Cabo reservar, durante um período de transição, parte das cadeiras a deputados eleitos pela população branca, um paralelo com a solução posta em prática no Zimbábue, o que pode ser entendido como disposição para negociar. Em contrapartida, foram efetuados diversos atentados a bomba, sendo um deles contra uma escola que, anteriormente reservada a estudantes brancos, atualmente admite estudantes de todas as raças. (p.19)

TÃO AMIGOS QUE NÓS SOMOS (Moçambique)

O incremento das relações entre a África do Sul e a Renamo tornou-se evidente, após o encontro entre o presidente sul-africano Frederick de Klerk e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, em Nairobi. Nesta ocasião de Klerk ofereceu à Dhlakama a utilização dos aeroportos sul-africanos.

Esta atitude de Pretória integra-se ao conjunto de iniciativas que vêm sendo desenvolvidas, principalmente por EUA e Portugal, no sentido de uma reabilitação política da Renamo. (p.11)

LEVANTAMENTO DAS SANÇÕES DESENVOLVE ECONOMIA SUL-AFRICANA

A Associação do Comércio Externo Sul-Africano (SAFTO) calcula que deverá ficar em torno de 5% o crescimento real das exportações da África do Sul durante o ano de 1992. Segundo dados recentemente divulgados, o comércio exterior da África do Sul no período de janeiro a novembro de 1991 atingiu 16,6 bilhões de rands (aproximadamente US\$10 bilhões), sendo altamente significativo o ritmo de expansão das exportações sul-africanas para os demais países da África. O levantamento das sanções impostas pelos EUA e pela CEE aparece como um fator decisivo no incremento do volume total de negócios da África do Sul com o Exterior, assim como a política de incentivo à exportação levada a cabo pelo governo De Klerk. Não obstante, a África do Sul continua enfrentando uma séria recessão, e o efetivo relançamento da economia do país depende da obtenção da estabilidade política. (p.20)

MOÇAMBIQUE PRECISA DE UMA CONSTITUIÇÃO QUE SEPRE OS PODERES

FORJA-SE A NATURIDADE DE UM PARTIDO

O PCN (Partido de Convenção Nacional) realizou, nos dias 16 e 17 de dezembro

do ano passado, a sua primeira conferência nacional. Lutero Simango, filho de Urias Simango, e Inácio Chine são os maiores expoentes desta nova força emergente, que apresenta-se como defensora de uma economia de mercado livre. Entre as reivindicações do PCN, destaca-se a sua busca pela separação entre o poder jurídico e o poder político. (pp. 12 e 14)

BAFATÁ A ESPERA DA VITÓRIA EM BISSAU (Guiné-Bissau)

NOVA FORMAÇÃO GUINEENSE

Uma das principais forças de oposição ao regime guineense, o Movimento Bafatá, teve reconhecido o seu registro legal. O Bafatá fez um balanço extremamente negativo do governo do PAIGC, e acredita que o caminho da recuperação do país passa pelo "incentivo às empresas privadas", contando para isso com apoios em Itália, Alemanha, França e Portugal. Constituiu-se, entre guineenses que residem ou frequentam cursos superiores no Brasil, uma nova formação política, o Fórum Cívico Guineense, liderado por uma jovem advogada, Antonieta Rosa Gomes, e que tem como secretário executivo o arquiteto César Ferrage de Brito. (p.08)

MOÇAMBIQUE: O ESTERTOR MILITAR

A Renamo intensificou suas ações em todo o território moçambicano, pretendendo, desta forma, conquistar vantagens sobre o governo nas negociações de paz em Roma. A província de Maputo é atualmente, uma das mais afetadas pelas ações da Renamo. Nesta região encontram-se também grupos aparentemente envolvidos no tráfico de drogas e armas para a África do Sul. (p.11)

OS BONS E OS MAUS MUÇULMANOS (África Geral-Argélia)

Apresentação da Frente de Libertação Islâmica (FIS), destacando a recusa do mundo moderno por ela pregada e praticada, e a relação entre a crise econômica que atinge o Maghreb e a ascensão do fundamentalismo na região. (p. 03)

RIO FEITO PELO HOMEM (ZIMBÁBUE)

A matéria do The Economist trata dos esforços conjuntos da população de Bulawayo, brancos e negros, na construção de uma infra-estrutura que permita a cidade superar os problemas de escassez de água.(p.21)

Índice

África Geral-PALOP-Argélia ...	01-03
Angola	04-07
Cabo Verde	08
Guiné-Bissau	08
Moçambique	09-16
África do Sul	17-20
Zâmbia	21
Zimbábue	21

S - Relativamente à África de expressão portuguesa, o Primeiro-Ministro tem sublinhado que a cooperação com esses países estará na primeira linha das preocupações da presidência portuguesa. De que forma?

JDP - Englobamos isso numa preocupação geral que a Comunidade deve ter com o Sul: Magrebe, África Austral e América Latina. Nunca, enquanto presidência, nos devemos referir à África ex-portuguesa. Devemos pôr esta questão num âmbito comunitário e mais amplo. Na África Austral sugerimos que se poderia considerar a hipótese de realizar um encontro global dos países da África Austral com os da Comunidade. Isso seria uma novidade e teria consequências políticas e económicas bastante importantes. Iremos fazer um esforço nesse sentido, mas tudo depende da evolução de alguns dos processos em curso naquela região. No que diz respeito à África de expressão portuguesa, procurámos que a Comunidade apoiasse explicitamente um projecto de reabilitação económica de Angola, que está virtualmente aprovado, apoiasse o processo de paz em Moçambique, que também foi feito através de declarações e de encontros que a troika teve com o RENAMO e com o Governo moçambicano.

EXPRESSO, SÁBADO 4 DE JANEIRO DE 1992

Melícias alarga Misericórdias a África e ao Leste

VITOR Melícias tem já na sua agenda de trabalho projectos para alargar a acção da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) não só a antigas colónias portuguesas como ao Zaire, à Polónia e à ex-União Soviética. «A consciência da 'ajuda global' deve levar-nos a viver a solidariedade e a estabelecer novos relacionamentos humanos», justificou ao EXPRESSO o sacerdote franciscano, que hoje, na Cova da Iria, assume a presidência da UMP.

Depois de Angola e S. Tomé e Príncipe, foi a vez da Guiné-Bissau solicitar a presença das Misericórdias. Mais tarde, na sequência das mudanças políticas, chegaram os apelos da ex-URSS e da Polónia, para que a UMP faça chegar ali a sua experiência, através de apoio técnico e formação de pessoal.

InformÁFRICA, N.º 32 • 14 Dezembro 91

Trovoada quer sete

Miguel Trovoada, que no princípio de 1992 vai ser o anfitrião da cimeira dos países africanos lusófonos, convidou para o evento o Presidente português, Mário Soares, como estatuto de observador. Obteve já, para tal, o acordo de todos os seus homólogos titulares da cimeira.

Esta iniciativa do Presidente de S. Tomé e Príncipe, que há muito mantém uma estreita amizade com Mário Soares, faz parte de planos seus com vista a um alargamento do âmbito da cimeira, de modo a abranger todos os países lusófonos. Por isso pondera também na eventualidade de convidar o Presidente do Brasil.

Os bons e os maus muçulmanos

As eleições foram ganhas pela FIS. Antes, muito antes, estavam ganhas entre os argelinos. O partido no poder quis ceder no acessório para não perder no essencial. Enganou-se. Perdeu facilmente o acessório e acaba provavelmente de lugar o essencial. Paga agora a factura dos erros e da arrogância desde que alcançou o poder. Ocidentalizou mas não modernizou nem desenvolveu a Argélia. Criou sinais exteriores de riqueza e pouco mais. O quotidiano da maioria dos argelinos desmente a FLN a cada passo, em cada dia. Em contrapartida, é no dia-a-dia difícil dos argelinos que a FIS soma as maiores vitórias.

Como a Argélia e os argelinos não são bons muçulmanos, não há mal que não lhes suceda. O raciocínio pertence à espinha dorsal do verbo da Frente Islâmica de Salvação, Ali Belhadj. Os seus discursos às massas estão repletos de referências meteorológicas, na vertente de tempestades e outras catástrofes naturais, e de apocalipses sortidos. Belhadj é uma espécie de Mussolini em *djellabah*, o longo traje branco dos integristas argelinos. Só que não tem nenhum dos defeitos do italiano. A sua voz é metálica, sem hesitações, implacável como a devoção ao Profeta. O seu forte não é o *marketing* político mas estamos no mundo árabe e afinal as suas palavras são um quadro, a pincelada impressionista, da impressionante degradação das condições de vida na Argélia governada pela FLN. «Os milionários da independência deitados à beira das suas piscinas nos bairros luxuosos dos arredores enquanto o povo sofre em silêncio dentro em pouco não saberão para onde desviar o olhar». «Este mundo vive devorado pela cor-

rupção e mergulhado nas trevas da impiedade». «Hoje, existimos numa sociedade regida pela lei do mais forte e do mais rico, uma sociedade onde a virtude é vista como um vício e todos os vícios são apreciados como virtudes». A população em geral e os jovens em particular ouvem-no, acreditam nele e, principalmente, seguem o seu exemplo.

A conversão final

As difíceis condições económicas foram o chão donde a FIS colheu as suas uvas. Os integristas recuperaram a juventude desempregada, os polidores de esquinas. E a lei da multiplicação de exemplos: «quando aderiu ao movimento, começou a fazer as suas orações, deixou de roubar e de beber. Dedicou-se agora totalmente à nossa causa e a trabalhos úteis à comunidade». O diagnóstico repete-se de caso em caso até à conversão final: antes, um pária social, cercado por todos os vícios e abandonado pelos maus, péssimos muçulmanos da FLN. Depois de aderir à FIS, um bom, o

melhor muçulmano, útil à comunidade, um anjo vingador da riqueza escandalosa dos privilegiados ocidentalizados.

Assim se vê a força da FIS. Os crentes não deixam passar nada em claro, alimentam os necessitados, apoiam os desprotegidos, substituem a polícia, imitam Robin dos Bosques. «Os nossos irmãos detiveram um traficante de haxixe que tinha ao seu serviço uma rede de desempregados, vulgares ladrões, prostitutas e proxenetas. Aliás, foi um deles o denunciante. Obrigamos depois o traficante a regorgitar o dinheiro escondido e vamos usá-lo para ajudar os pobres».

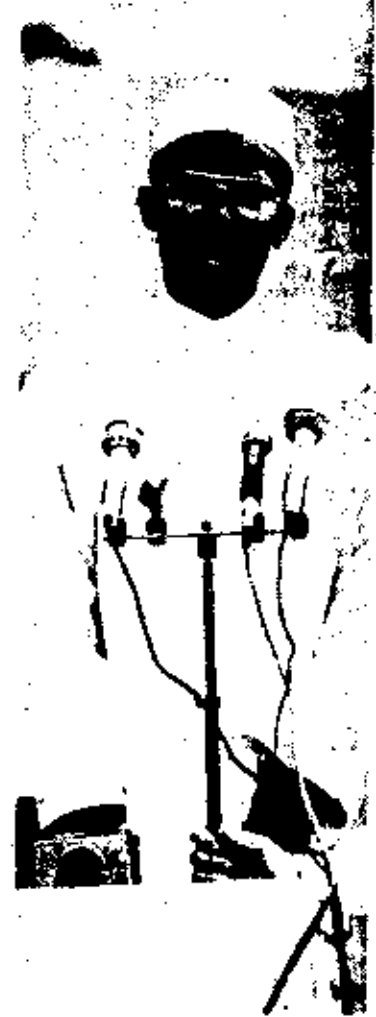
Impor a fé

Depois, há também o lado negro da FIS. O menos compreensível para os europeus. Uma jovem prostituta é morta pelo irmão depois de se recusar a abandonar a profissão mais velha do mundo. Os jornais franceses relatavam com cores carregadas de escândalo o caso de uma jovem professora ocidentalizada, «libertada», e agora obrigada a explicar a jovens dos 11 aos 14 as ciências exactas numa sala repleta de *grassittis* integristas. E no mesmo quadro onde a jovem escreve equações e fórmulas, exaltava-se a imprensa do lado de cá do Mediterrâneo, impera uma fórmula de glória ao Profeta.

Sair à rua com roupas ocidentais começou por ser motivo de chacota, agora é de insulto. Insul-

tos às roupas e a quem as veste. A moda árabe tradicional faz de novo grande furor, os longos trajes iranianos, os mantos afegãos, os xailes típicos das mulheres, as barbas dos fiéis.

A crise económica, a mãe de todos os fundamentalismos no Magrebe, é muito séria e grave mas não impediu até agora a epidemia de antenas de televisão e parabólicas. Todas elas para grande regozijo dos ímpios. Por isso, não admira que a noção de divertimento do militante islâmico seja, também ela, muito islâmica e militante. Tudo começa durante o dia com a distribuição de mão em mão e nas caixas de correio de panfletos convidando a população a recusar as antenas de televisão. Eufemismo de quem as vai abater durante a noite. Para abrir o apetite. Caça grossa na expedição antimidiática é o prato que se segue: as parabólicas. Armados de imponentes slicas, os barbudos da fé vão de telhado em telhado isolando Argel e arredores do acesso ao resto do mundo. Um mundo que é a causa de todos os males para os seguidores de Belhadj e do chefe supremo da FIS, Abassi el Madani. Afinal, foi pelas obras e pelo exemplo do mundo moderno que os argelinos estão hoje como estão. Os militantes da FIS sabem-no e divulgam-no; os argelinos ouvem-os e acreditam no que ouvem.



Abel Coelho Moraes

Belhadj, o mensageiro de Alá

Cabinda: a panela de pressão

O COMPROMISSO alcançado no recente Forum de Cabinda (Inf. 33, p. 1), que reuniu em Lisboa várias personalidades originárias do enclave, tem estado a provocar reacções negativas entre a população cabindense, mas também em meios dos refugiados e do movimento independentista nos países vizinhos (Zaire, Congo e Gabão).

Considera-se que o compromisso de Lisboa, de certo modo pactuante com os desejos do Governo de Luanda de não ultrapassar os limites de uma autonomia na solução a encontrar para o problema de Cabinda, traía os sentimentos independentistas que claramente prevalecem no território e nas comunidades de refugiados.

Tem mesmo estado a generalizar-se a insinuação de que o Forum foi orquestrado pelas autoridades de Luanda, que terão querido transformá-lo numa base de sustentação para os seus planos autonómicos em relação a Cabinda. É um facto que Luanda facilitou a iniciativa, que ficou porém diminuída pela ausência dos líderes históricos cabindenses.

Há informações segundo as quais o Governo de Luanda, através do próprio Presidente José Eduardo dos Santos, desenvolveu esforços no sentido de garantir a participação no Forum do líder de uma das facções da FLEC, Ranque Franque, ao qual chegou mesmo a propor um encontro secreto. No mínimo, o propósito era o de obter o seu beneplácito para a realização do Forum.

Ranque Franque é, entre os líderes da FLEC, aquele que Luanda considera mais moderado, com a vantagem adicional de ser também ele o que mais peso histórico tem. Os outros três são Francisco Xavier Lubata, N'Zita Henriques Tiago e Tiburcio. Mas há indicações suficientemente verificadas, de que uma outra facção está em vias de surgir, esta liderada por Vitor Jorge.

Ainda agora comandante das forças armadas da facção de N'Zita Tiago - as únicas cuja actividade tem tido alguma expressão - Vitor Jorge entrou aparentemente em dissídio com aquele. É partidário de uma radicalização da via armada para levar Cabinda à independência e nesse plano tem ameaçado por em causa interesses estrangeiros no território, com o recurso a meios violentos.

A par da FLEC e das suas facções rivais, há outros dois movimentos independentistas, a UNLC, de Luigi Carneiro Gimbi, e a UNALEC, de Afonso Massamba - respectivamente controlados com interesses difusos do Congo e do Zaire. Há ainda um outro grupo baseado em Portugal, cujo principal activista é Carlos Puna.

Este grupo, que tem estreitas ligações a José Pinheiro da Silva, um cabindense que foi alto funcionário da administração portuguesa em Angola, esteve representado no Forum de Lisboa. Uma das suas peculiaridades é a de advogar uma restauração das ligações de Cabinda a Portugal, como etapa intermédia para a independência do território.

Descendente dos bárbaros de Puna, que em 1683 apareceram à cabeça dos chefes tradicionais cabindenses que decidiram colocar o seu território sob protectorado da Coroa Portuguesa, Carlos Puna tem contactos com os descendentes ao trono de Portugal, que trata por "primos". É sobrinho de um dos principais líderes da UNITA, Miguel Ntzu Puna.

Na estratégia de Luanda tendo em vista a aplicação a Cabinda de um estatuto autonómico, cuja viabilidade não dispensa apoios internos suficientemente representativos, têm também sido notórios esforços dirigidos à Igreja Católica, muito influente no enclave. Um sacerdote com prestígio entre a população, Faustino Bullu, participou no Forum de Lisboa.

Em 1976, na esteira de uma violenta repressão do regime do MPLA contra o movimento separatista, militares de cabindenses refugiaram-se no Congo e no Zaire. O padre Bullu foi também um dos que partiu, instalando-se em Tchela, uma aldeia do lado zaireense da fronteira com Cabinda, vivendo desde então entre a comunidade de refugiados ali fixada. Por ironia, a participação de Bullu no Forum fez ofuscar a sua reputação, não apenas entre os refugiados de que tem sido pastor, mas também entre a população do território, cujos sentimentos independentistas se reviram nele. Em meios mais fanatizados dos partidários da independência de Cabinda, o sacerdote é agora tratado como um "traidor".

Na sua actual composição, o episcopado angolano conta com quatro bispos naturais de Cabinda: André Muzca (residente em Luanda), Franklin da Costa (Lubango), Próspero Mpuaty (Moçico) e Faustino Mudeke (Cabinda). O mais conceituado é D. André Muzca, que também por se encontrar retirado, o Governo de Luanda considera mais disponível para apoiar a sua estratégia autonomista.

No rescaldo do Forum, voltaram a registar-se incidentes no enclave (votados ao silêncio nos "meios"). Nos dias 26 e 27 de Novembro, duas manifestações a favor da independência foram reprimidas pela polícia, CIPM, apoiada por agentes da Segurança. A tensão interna tem crescido à medida que tropas governamentais e efectivos da Segurança vêm reforçando os seus dispositivos.

Ao contrário de informações anteriores, segundo as quais o reforço do dispositivo estava a contemplar apenas posições na linha de fronteira, nomeadamente com o Congo, é agora um facto verificado que a própria guarnição militar da cidade de Cabinda (tropa e Segurança) tem estado a ser reforçada. Há mesmo persistentes rumores internos de que tal reforço envolveu euhantos, aquartelados nas cavernas até agora abandonadas de Tchela e N'ito.

Mantém-se também fortes suspeitas em Luanda quanto a uma dissimulada instigação do Congo no que toca ao recrudesimento de actividades destinadas a agitar e queimar a independência de Cabinda. Um antigo presidente congolês, Yombi Opatigo, chegou mesmo a pronunciar-se ostensivamente a favor da independência do território vizinho.

A hostilidade da população cabindense em relação os naturais de Angola, depreciação chamados "Bambi", também continua a aumentar. Num comércio recentemente realizado pela UNITA na cidade de Cabinda, com fraca adesão, bandeiras do movimento foram arreadas por activistas independentistas que as fizeram substituir por outras da FLEC. »

Assassínio de britânicos recorda problema do acantonamento

O calcanhar de Aquiles angolano

O ACANTONAMENTO das tropas do Governo e da UNITA continua a ser o calcanhar de Aquiles do processo político angolano, sete meses depois de assinados em Portugal os acordos de paz. É o assunto foi mais uma vez ventilado a propósito do assassinio, na sexta-feira à noite, de quatro jovens britânicos que andavam a passear por África.

O Governo de Londres pediu explicações a Luanda pela morte de Mercedes Machendrick, de 25 anos, Andrew Chandler, 31, Paul Couchman, 29, e Jan Pilleam, 27, ocorrida devido a emboscada na zona de Quilengues, província da Huila, perto de uma zona de acantonamento da UNITA. Aparentemente, foi mais

um dos actos de alegado banditismo que têm vindo a criar insegurança nas estradas do interior, perto das áreas de concentração das tropas de um e outro lado.

Este incidente veio mais uma vez demonstrar que grande parte de Angola ainda não é segura e que muito



A sede do governo angolano em Luanda, onde se discutem as negociações para a implementação dos acordos de paz assinados em Portugal.

alta fazer para a normalização da vida no país, apesar de os combates já haverem terminado em Maio do ano passado.

Os atrasos verificados na execução das diversas tarefas são cada vez mais evidentes e as eleições previstas para a segunda quinzena de Setem-

bro poderão ser de difícil concretização, dadas as limitações de tempo.

Os protagonistas de 16 anos de guerra civil, a MPLA e a UNITA, mantêm as acusações mútuas, recusando qualquer responsabilidade no atraso, mas o certo é que a comissão está a ser mais

lenta do que se pensava.

Os dois exércitos deverão estar concentrados até Agosto nas áreas previamente determinadas, para depois se iniciar a formação das Forças Armadas Angolanas. Porém, dificuldades técnicas e logísticas atrasaram o processo e hoje ainda há dis-

vidas sobre quando é que o mesmo poderá terminar.

A UNITA diz que já acantonou 98 por cento dos seus efectivos, mas os grupos de fiscalização das Nações Unidas ainda não confirmaram esse número. O que a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) conseguiu determinar foi que o Governo cumpriu a sua parte em 74 por cento. E para agravar as coisas fontes militares disseram ao PÚBLICO que o armamento pesado utilizado na guerra não está a ser depositado nas áreas de concentração, continuando à mercê dos antigos beligerantes.

Acusações mútuas

O coronel Fernando da Piedade "Nandó", segundo homem do Governo na CCPM, afirma que a UNITA está a concentrar civis nos locais destinados a militares, deixando muitos destes à margem do processo de acantonamento. O grupo de Savimbi utiliza idêntico dis-

curso e responsabiliza o regime pelo atraso verificado.

Como não há acantonamento, a administração do Estado também não se alarga a todo o país e a UNITA tem criado dificuldades à re-oclocação da autoridade do Governo nas áreas sob seu controlo (de modo que vai ser muito difícil a Luanda dar uma resposta clara a Londres sobre o incidente de Quilengues).

Devido à inexistência de uma unidade administrativa em todo o conjunto angolano, ainda não principiou o recenseamento eleitoral, sem o qual será impossível avançar para as eleições, criando-se que o caso deverá ser levado esta semana a uma reunião da CCPM, na quinta-feira.

Enquanto isto, o Governo alega que a UNITA ainda tem em seu poder cerca de 300 prisioneiros de guerra, mas ela desmente. É este clima de desconfiança e de incerteza que os angolanos aguardam a altura de poder escolher livremente um Presidente e um Parlamento, re-ccendo muito que isso não possa ser feito antes do fim de Setembro.

A situação deverá ser debatida na "reunião multipartidária" que o Governo convocou para meados deste mês, mas em que a UNITA não deseja participar, por continuar a preferir as estruturas da CCPM.

Pires Ferreira,
em Luanda

Angola: SENETE relança sector metalomecânico

EXPRESSO, SÁBADO 4 DE JANEIRO DE 1992



João Vaz Guedes, presidente da Mague, uma das empresas que participa na Senete

O GRUPO português SENETE, que este mês abriu oficialmente o seu escritório de representação em Luanda, prepara-se para liderar o relançamento do sector metalomecânico em Angola — anunciou ao EXPRESSO, na capital angolana, o seu representante, engenheiro Sousa Moreira. Esta «holding», que agrega as maiores empresas portuguesas metalomecânicas, nomeadamente a Mague, Sorefame, SMM, Sepia e Melalmines, terá como um dos principais desafios dar resposta a uma gigantesca carteira de projectos avaliada em mais de 100 milhões de dólares. Estes projectos referem-se designadamente à sua participação na reabilitação de equipamentos de produção e distribuição de energia, transportes ferroviários e instalações portuárias, com relevo para o «corredor do Lobito», que engloba o porto local e os caminhos de ferro de Benguela.

A «holding» portuguesa perspectiva ainda estender a sua agressividade tecnológica no domínio energético nos caminhos-de-ferro de Moçâmedes e Luanda, na recuperação, de forma indirecta, da siderurgia angolana e na reabi-

litação de pontes destruídas na guerra. Desafio de grande envergadura poderia vir a representar a participação do grupo Senete em associação com outras empresas, na área de plataforma de petróleo para a prospecção em águas profundas. Tendo como principais clientes a Sonangol e a Fina, a «holding» portuguesa, através da SMM, participa ainda na recuperação das instalações da companhia de petróleo angolana na zona da Ebovista, em Luanda, orçadas em 7 milhões de dólares.

A estratégia da Senete responde ao desafio de abertura do Mercado Comum europeu em 1993, enquadrando-se num esforço de centralização de todo o plano de desenvolvimento da indústria metalomecânica portuguesa no grupo. Actuando em Angola de modo concertado, a Senete apresta-se a garantir não só financiamentos de origem portuguesa, ao abrigo da convenção financeira entre o Banco de Portugal e o Banco de Angola, como julga poder vir a aproveitar financiamentos do Banco Mundial. «A recente abertura da economia angolana às leis do mercado propicia uma oportunidade sin-

potenciar a nossa intervenção em todas as áreas de metalomecânica em Angola», afirmou Sousa Moreira.

Aposta nas relações empresário-culturais

Mas não é só nas frentes petrolífera e metalomecânica que Portugal pretende ocupar um lugar de relevo na economia angolana. A AIP, ao chamar a si a reconstrução do palácio de ferro D. Joaquina, sita na baixa luandense, inaugurou um novo ciclo no reforço das relações empresário-culturais entre Angola e Portugal. A obra, a cargo da empresa Soares da Costa, está avaliada em cerca de 1 milhão de dólares e é tida como o mais significativo sinal de empenhamento português em Angola na reabilitação e preservação de um empreendimento cultural que beneficia os povos.

A Associação Industrial Portuense, que para o efeito tem assinado um protocolo com a Secretaria de Estado da Cultura de Angola, serão cedidas duas salas e pavilhões anexos, estando previstos novos investimentos lusos neste domínio na recupera-

ção de estruturas cujo valor histórico-cultural constitui património universal. Os empresários do Norte de Portugal estão neste momento a prospectar a capacidade de maior intervenção no sentido de auxiliar Angola a constituir a curto e médio prazos uma sólida malha de pequenos e médios empresários angolanos capazes de participar na recuperação económica do país. Predispõem-se a aprofundar os termos da futura cooperação com operadores angolanos através de uma clara identificação das empresas a privatizar e de uma definição inequívoca da participação do capital estrangeiro por enquanto vedada a pequenas e médias empresas, a presidente da Associação Industrial do Porto, Ângelo Marques, conta com o apoio do CDI, baseado em Bruxelas, para «intervir no mercado angolano, que nunca terá grandes empresas se não estiverem presentes numa rede empresarial de pequenas e médias empresas, sem ser-lhe possível atrair investimento estrangeiro sem o mínimo de base empresarial local».

Gustavo Costa
em Luanda

Sorefame 147
Sepia 566

Quatro turistas britânicos foram mortos na Huíla

QUATRO turistas britânicos, de um grupo de sete, foram assassinados por desconhecidos sexta-feira à noite na área de Quilengues, Huíla, revelou a Rádio Nacional de Angola, em despacho do seu emissor regional.

Segundo a rádio, o grupo fazia uma digressão automóvel por África e foi atacado a 300 metros do desvio para a área de acantonamento das FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola) em Quilengues, Huíla. A rádio não deu a identificação ou outros pormenores.

O grupo tinha visitado a Argélia, Marrocos, Níger, Camarões, República Centro-Africana e Congo e seguia para Namíbia.

O coronel Padrinho Pilartes, membro pela UNITA do grupo regional de fiscalização e verificação do cessar-fogo, disse à rádio local que admite que o ataque tenha sido feito por «marginais», e que não é o primeiro caso.

No dia 20 de Dezembro, um elemento das Nações Unidas e um membro do Governo no grupo regional na Comissão Mista de Verifica-

ção e Fiscalização (CMVF) do cessar-fogo ficaram gravemente feridos em confrontos alegadamente incitados por militares da UNITA na mesma área. No dia 28, registou-se uma morte no ataque a uma viatura.

A área foi ocupada pela UNITA no fim da guerra e tem sido motivo de discórdia no processo de extensão da administração central. Casos similares têm-se registado na província vizinha de Benguela, com ataques por grupos armados a carros na estrada. Nas últimas semanas, a circulação na região faz-se preferencialmente por colunas automóveis.

Reunião da CCPM

Entretanto, a «reunião multipartidária» para debater a transição até às eleições de Setembro realiza-se a partir de 14 deste mês, anunciou, em Luanda, fontes oficiais. Por outro lado, já na próxima quinta-feira, os trabalhos da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) serão retomados, devendo efectuar o balanço dos atrasos ve-

rificados em áreas-chave.

Na agenda estão os três temas principais do programa de vigilância do processo — os atrasos na extensão da administração do aparelho de poder central, a libertação de prisioneiros de guerra pela UNITA e as dificuldades na localização e acantonamento de tropas.

Os três processos deveriam ter sido terminados até ao Natal, mas mantêm-se em suspenso, dadas questões pontuais, que levam a que representantes do Governo não

consigam instalar-se em áreas sob controlo da UNITA. Diversos incidentes têm afectado o processo de acantonamento de tropas governamentais, com levantamentos pontuais de efectivos. Fontes oficiais disseram que o Governo está a preparar o pagamento de soldos em atraso nas áreas de localização, apontando para três mil milhões de quanzas.

A «reunião multipartidária», segundo o que foi anunciado, será realizada de 14 a 16 de Janeiro, tendo sido adiada em cerca de três semanas.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 5 DE JANEIRO DE 1992

Foram assassinados em Angola, na área de Quilengues, Huíla, quatro turistas britânicos, de um grupo de sete, anunciou a rádio. O grupo fazia uma digressão automóvel por África e foi atacado a 300 metros do desvio para a área de acantonamento das FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola). A rádio não deu identificações ou pormenores, mas o coronel Padrinho Pilartes, membro pela UNITA do Grupo Regional de Fiscalização e verificação do cessar fogo, admitiu que o ataque tenha sido feito por «marginais», e que não é o primeiro caso.

SEMMANÁRIO

4 JAN 92

Tevisil lança-se em Angola

A Tevisil, uma empresa de construção de Viseu controlada pelo empresário luso-australiano Fernando Ferreira, vai criar uma associada em Angola. De direito angolano e totalmente detida pela empresa-mãe, a Tevisil Angola está agora em fase de constituição e deverá estar a funcionar em meados do próximo ano. Numa primeira fase, funcionará como um ponto de observação dos potenciais negócios em Angola e como primeiro passo para uma aposta africana mais ampla.

«Não temos pressa em operar em Angola. Primeiro queremos consolidar a nossa posição em Portugal e começar a marcar presença em Angola antes de entrarmos em força naquele mercado», comentou ao Semanário uma fonte do grupo viseuense.

A Tevisil Angola deverá nascer com um capital próximo dos 50 mil contos e o investimento estimado nesta operação rondará o meio

milhão de dólares. A empresa de construção, que recolhe a experiência australiana do líder do grupo — há 18 anos a operar no sector, naquele país — deverá facturar este ano dois milhões de contos e abrirá em breve delegações nas principais cidades portuguesas. A sua estratégia, depois de ter sido adquirida por Fernando Ferreira, tem priorizado o sector privado em detrimento das obras públicas, de forma que neste momento o cliente Estado representa apenas 40% de sua carteira de encomendas.

Além da Tevisil, o empresário luso-australiano detém a Poligravi, que exporta mosaicos de granito para quase todo o mundo; a Cofel, especializada em cofreres; a Liderarte, que opera no sector de mobiliário e decoração e a Cofer Trading que tem como objecto a importação de novas tecnologias para as empresas portuguesas do grupo.

EXPRESSO, SÁBADO 4 DE JANEIRO DE 1992

Arthur Andersen em Angola

A ARTHUR Andersen de Portugal estabeleceu um acordo com uma sociedade angolana de juristas, passando assim a deter uma representação permanente em Angola, no âmbito de uma estratégia de penetração em novos mercados que a levará a estender a sua actividade a outros PALOP.

Através deste acordo, a Arthur Andersen ficará apta a prestar apoio às empresas que pretendam instalar-se ou que já operam no mercado angolano.

O escritório de Luanda será dirigido localmente por dois advogados angolanos forma-

dos em Portugal e, dentro de uma estratégia de alargamento de actividade, a Arthur Andersen está a proceder ao recrutamento de estudantes dos PALOP actualmente a frequentar universidades portuguesas, proporcionando-lhes cursos de formação de um a dois anos.

PUBLICO

QUINTA-FEIRA 1 JANEIRO 1992

Santos confirma eleições

O CHEFE DO ESTADO angolano confirmou ontem — na sua mensagem de fim de ano — que o país terá eleições presidenciais e legislativas no próximo mês de Setembro. Acrescentou que o Governo e os partidos terão de terminar em Janeiro as consultas sobre a alteração constitucional. O presidente da UNITA, Jonas Savimbi, reafirmou a recusa de participar numa conferência multipartidária proposta por José Eduardo dos Santos, preferindo continuar a trabalhar no âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar criada pelos acordos de paz alcançados em Portugal.

Bafatá à espera da vitória em Bissau

O governo de Bissau acaba de permitir a legalização de mais um partido político, o Movimento Bafatá, uma das principais organizações da resistência ao regime de «Nino» Vieira. A direcção encontra-se em Portugal mas regressará em força à Guiné em meados deste mês e garante que vencerá as eleições, quando as houver. Por precaução, um ou dois dirigentes permanecerão no exterior.

Apesar de reconhecido como partido político legal, o Movimento Bafatá continua a ser hostilizado pelas autoridades. Em finais de 91, na região de Cachungo, militantes e responsáveis regionais do Bafatá foram perseguidos pela polícia e exército, impedindo-os de desenvolver uma normal actividade política. O comandante regional das FARP, exército guineense, Tchambu Mané, tem-se destacado naquelas perseguições, procurando criar um ambiente de confronto tribalista e rotulando os membros do Bafatá de cúmplices das antigas autoridades portuguesas. O presidente do partido, Domingos Gomes, comenta o facto da seguinte maneira: «o tribalismo não é nem será por opção nosso argumento de luta política» mas se, o PAIGC ou os partidos da

oposição, «sentirem que estão a perder o pé talvez não hesitem em recorrer a este derradeiro utensílio, venenando a luta pela democracia na Guiné». Mas, por enquanto, os dirigentes do Bafatá têm conseguido «coordenar esforços com o resto de oposição», tendo-se realizado desde Setembro alguns encontros com o objectivo de preparar uma conferência nacional para a democratização da sociedade, a reestruturação do exército, a definição de um calendário eleitoral com a realização de legislativas seguidas de presidenciais. Projecto que só tem encontrado resistências da parte do PAIGC.

Mas as reformas são «irreversíveis», garante Domingos Gomes que, desde já, afirma que o Bafatá vai concorrer sozinho e «só se falará de coligações depois

dos votos».

O movimento Bafatá é o mais antigo grupo de resistência contra o regime de partido único em Bissau. Depois dos fuzilamentos em Junho de 86 do vice-presidente da Guiné, Paulo Correia e de Viriato Pá, uma das principais figuras do combate contra o PAIGC, militantes de formações oposicionistas decidiram criar um novo partido com um programa baseado em duas constatações: o PAIGC falhou totalmente, depois de ter alcançado o poder em 74, e a Guiné não pode continuar a ser um feudo daquele partido.

Nos «santuários» do PAIGC

O movimento de envolvimento começou a partir das cidades para os campos, tendo alcançado num curto espaço de tempo uma implantação impressionante, mesmo nas regiões tradicionalmente afectas ao PAIGC e onde estes detinham os principais santuários antes de 74. Os dirigentes do Bafatá apontam como exemplos o Sul e o Nordeste da

Guiné. A razão é só uma: «o povo está cansado do PAIGC, inimigo número um da população guineense».

O diagnóstico feito ao regime de «Nino» Vieira é cruel. A economia «está um desastre», o aparelho de Estado é inoperante. É preciso começar tudo de novo. Como prioridades, o Bafatá aponta o incentivo às empresas privadas e uma maior justiça social; a luta contra o subdesenvolvimento é outra das grandes preocupações do movimento dirigido por Domingos Gomes. Para isso, contam com importantes apoios em Itália, Alemanha, França e em Portugal, onde se têm apresentado como promotoras as ligações com empresários do Norte.

Perante a pedra de toque de toda a política guineense na última década, as relações Guiné-Cabo Verde, Domingos Gomes defende uma «cooperação muito estreita entre os dois Estados» mas salienta que passou em definitivo «o tempo do Estado único para os dois países».

ACM

Nova formação guineense

ENTRE naturais da Guiné-Bissau a residir ou a frequentar cursos superiores no Brasil surgiu recentemente um Fórum Cívico Guineense que é liderado por uma advogada de 32 anos, Antónia Rosa Gomes. O secretário executivo da nova formação, que se declara social-democrata, é o arquitecto César Ferragde Brito. Em Bissau, outro agrupamento, a Frente Democrática, pedirá a convocação imediata de «todas as partidos políticos legalmente constituídos», para se marcar a data das primeiras legislativas multipartidárias, a realizar em 1992.

Império participa na Impar

Acaba de ser autorizada a constituição de uma seguradora privada em Cabo Verde, a Impar-Companhia Caboverdiana de Seguros, S.A.R.L., na qual o Império participa em 50 por cento. Todo o processo de formação da Impar foi conduzido pela direcção de desenvolvimento estratégico da seguradora portuguesa e foi concluído em tempo record, pois só em Junho deste ano se iniciaram os trabalhos.

Protocol No. 2

Criteria and modalities for forming and recognising political parties

On 13 November 1991 the delegation of the Government of the Republic of Mozambique, led by Armando Emilio Guebuza, Minister of Transport and Communications and comprising Aguiar Mazula, Minister of State Administration, Teodato Hunguana, Minister of Labour and Francisco Madeira, Diplomatic Adviser to the President of the Republic, and the RENAMO delegation, led by Raul Manuel Domingos, Head of the Foreign Relations Department and comprising Vicente Zacarias Ululu, Head of the Information Department, Agostinho Semende Murrial, Deputy Head of the Political Affairs Department and Joao Francisco Almirante, member of the Office of the President, met in Rome within the framework of the peace talks and in the presence of the mediators Mario Raffaelli, representative of the Government of the

Italian Republic and coordinator of the mediators, D. Jaime Goacalves, Archbishop of Beira, and Prof. Andrea Riccardi and D. Matteo Zuppi; of the Santo Egidio Community, and broached the first point of the Agenda agreed on 28 May 1991, on "Criteria and Modalities for Forming and Recognising Political Parties".

At the end of their discussions the parties agreed on the need to guarantee the implementation of multi-party democracy, in which the political parties contribute freely to forming and manifesting the popular will and to the democratic participation of citizens in the Government of the country. In this context, and taking into consideration the content of Protocol No.1 on "Basic Principles", the parties agreed on the following principles:

1. The nature of political parties

a) The political parties are autonomous, voluntary and free organisations of citizens that are national in nature and scope, and have as their main objective giving democratic expression to the popular will and enabling democratic participation in the exercise of political power in accordance with citizens' fundamental rights and freedoms, and on the basis of electoral processes at all levels of the State's organisation.

b) The associations whose main objective is the defence of local or sectoral interests, or those exclusive to a social group or specific class of citizens, will be distinct from the political parties and will not be able to enjoy the legal status provided for these.

c) The Parties Law must establish the conditions in which the political parties acquire legal personality.

d) The political parties will be assured specific privileges that are legally guaranteed.

e) For multi-party democracy to be implemented and fully developed, founded in respect for and guarantee of basic rights and freedoms, and in a pluralism of political and democratic expression and organisation in which political power belongs exclusively to the people and is exercised in accordance with the principles of a representative and pluralist democracy, the parties must be endowed with fundamentally democratic principles with which they must comply in action and in their political struggle.

2. General Principles

In their formation, structure and operation, the political parties will observe and apply the following general principles in order to discipline their activities:

a) Pursuit of democratic ends.

b) Pursuit of national and patriotic interests.

c) Pursuit of non-regionalist, tribalist, separatist, racial, ethnic or religious political ends.

d) Need for their members to be Mozambican citizens.

e) Democratic structuring of the parties and transparency of their internal bodies.

f) Acceptance of democratic methods in pursuing their objectives.

g) Membership of a party is always voluntary and derives from the freedom of citizens to associate around the same political ideals.

3. Rights of the parties

The Parties Law has as its objective protecting the freedom of political parties to act and function, excepting those which propose anti-democratic, totalitarian or violent aims and those which carry on their activities in breach of the law. The parties will enjoy the following rights:

a) Equality of rights and duties before the law.

b) Each party must be able to disseminate its policies freely and publicly.

c) Specific guarantees of access to the mass media, to financial allocations from the State and to public installations or facilities will be established on the principle of non-discrimination, and based in criteria of representativity to be fixed in the electoral law.

d) Exemption from taxes and duties in the terms of the law.

e) No citizen may be persecuted or discriminated against by virtue of his or her party affiliations or political opinions.

f) The further specific features of each party will be defined in the respective statutes or regulations, which must observe legality. The statutes or regulations are published officially.

4. Duties of the parties

The political parties will be bound to the following duties:

a) They must be identified by name, acronym and symbol. Names, acronyms or symbols that could be considered offensive to the people or those that encourage violence and lead themselves to divisionist connotations on the basis of race, region, tribe, sex or religion, are forbidden.

b) They must not call into question territorial integrity and national unity.

c) They must form their bodies and establish their internal organisation based on the principle of democratic elections and responsibility of all office holders in the central bodies.

d) They must guarantee the approval of their statutes and programmes by a majority of their members or by representative assemblies of members.

e) In their internal organisation the parties must fully respect the principle of free adherence by their members, who cannot be forced to join or remain in a party against their will.

f) They are subject to registration and publish their accounts and sources of revenue annually.

5. Registration

a) The act of registration aims to declare the compliance of the establishment and existence of the parties with the legal principles that they must observe and, consequently, to confer their legal personality.

b) For registration purposes each party must have a minimum of 2,000 signatures.

c) It is for the Government to register the parties.

d) The Commission provided for in No.5 of Protocol No.1 on Basic Principles will analyse and decide on the disputes that may arise in the process of registering the parties, and for this purpose the Government must make the documentation required by law available to it.

6. Implementation

a) The parties agree that, immediately following the signature of the General Peace Agreement, RENAMO will begin its activity as a political party and with the privileges provided in the law, remaining, however, subject to submitting the documentation required by law for registration afterwards.

b) Continuing with the method of dialogue, collaboration and regular consultations, the parties agree to establish, within the framework of the discussion of point 5 of the agreed Agenda, the timetable for the actions needed to guarantee correct implementation of this Protocol. And, for the record, the parties decided to sign this Protocol.

For the delegation of the Government of the Republic of Mozambique, Armando Emilio Gusbuza.

For the delegation of Renamo, Raul Manuel Domingos. The mediators: Mario Raffaelli, D. Jaime Gonçalves, Prof. Andrea Riccardi, D. Matteo Zuppi Donz in Santo Egídio.

Rome, 13 November 1991
(Unofficial translation)

No recente ataque a Angoche

DOMINGO - 15/12/90

Baramas de braços dados com a Renamo

● População furiosa mata mais de quarenta baramas à catenada

por Bento Baló, em Nampula

No recente ataque perpetrado à cidade costeira de Angoche, província de Nampula, concretamente na madrugada do passado dia 3 de Dezembro deste ano, os baramas, que são a força concebida como defesa das populações, estiveram aliados à Renamo, numa acção que mereceu reprovção por parte da população local.

Segundo informações colhidas nesta cidade, a Renamo ocupou grande parte do distrito de Mogincual, que faz limite com Angoche, tendo persuadido os baramas daquele distrito a juntarem-se ao referido grupo armado.

Daí, formada uma força conjunta, esta tomou de assalto o distrito de Angoche, o que resultou em evitados prejuízos materiais, sendo de destacar a destruição parcial de seis estabelecimentos comerciais, bem como uma onda de saques que depois se seguiu.

Entretanto, e de acordo com o jornalista do "Domingo" que visitou o local, momentos depois, ante a inoperância das Forças de Defesa e Segurança, os populares sublevaram-se e fizeram fortes investidas contra os baramas.

Qualquer barama que fosse visto em Angoche ou nas suas cercanias era

morto à catenada, numa acção que a população justifica tendo sido fazer justiça com as mesmas propriedades.

Estima-se em quarenta o número de baramas mortos.

Sabe-se que estão em preparação uma incursão de forças dos baramas em direcção a Angoche, num gesto de solidariedade e retaliação perante a morte dos seus colegas.

Angoche vive agora momentos de calma, embora tenha soado um alarme há dias, com a indicação de que na sede da vila estaria iminente um ataque a ser perpetrado pela Renamo.

Moçambique: o estertor militar

A SITUAÇÃO militar em Moçambique agravou-se consideravelmente nas últimas semanas como consequência de uma escalada das acções da Renamo, que assim parece pretender conquistar novas posições no terreno que lhe dê vantagem acrescidas sobre o Governo na fase terminal do processo de negociações em Roma.

Um acordo global de paz depende agora apenas de um entendimento em torno de dois pontos: ambos ainda em aberto na agenda de conversações. Em síntese: 1) as eleições gerais a realizar no país; 2) a criação de um novo Exército Nacional, baseado numa afectação de forças de ambos os lados.

Além do incremento das acções da Renamo, algumas delas consideradas "muito ousadas" - a mais recente foi um golpe de mão contra a vila costeira de Angoché - o quadro completo da actual situação militar apresenta ainda outros traços significativos, cujo recorte também se baseia em informação absolutamente fidedigna.

Assim: 1) as FAM, forças governamentais, têm estado operacionalmente reduzidas a defensiva e mesmo assim denotando uma passividade acentuada; 2) grupos armados descontrolados proliferam cada vez mais no território; 3) a violência contra a população civil conheceu um aumento sensível, com a Renamo identificada como um dos agentes do fenómeno.

A província de Maputo é actualmente uma das mais afectadas pelas acções da Renamo, cujas forças exercem um controlo efectivo sobre vastas zonas e vias de comunicação. Uma dessas zonas é a faixa sul da província até à Ponta do Guro. Tem também vindo a ser assinalada na província a movimentação de grupos descontrolados, aparentemente envolvidos no tráfico de droga e armas para a África do Sul.

Na Zambézia a situação também se agravou, com a própria capital, Quelimane, exposta a uma pressão directa de forças da Renamo. Posições situadas ao longo da linha de fronteira com o Malawi caíram em poder da Re-

namo. Um dos casos foi Milange, cujo dispositivo de defesa integrou forças de um dissidente da Renamo, Gimo M'phiri.

Depois de ter rompido com a Renamo, há cerca de três anos, Gimo M'phiri e as suas forças (cerca de 500 homens), passaram a constituir o braço militar da UNAMO, de Carlos Reis. Os dois desentenderam-se recentemente, com Reis a acusar o seu antigo parceiro de se encontrar manipulado pela Frelimo.

M'phiri encontrava-se em Maputo, alojado numa casa que lhe foi cedida pelo Governo, quando a Renamo atacou o seu destacamento militar em Milange. Vários comandantes morreram, enquanto muitos dos combatentes que saíram ilesos se refugiaram nas matas. Uma versão conhecida em meios militares de Maputo é a de que M'phiri estava justamente a negociar uma integração das suas forças nas FAM.

Registou-se igualmente uma acelerada degradação da situação na província de Nampula, aqui com a particularidade de ter

havido uma escalada das acções violentas dos Nampulanos (Inf. 22, p. 8), aos quais se têm juntado desertores das FAM e da Renamo. A sede de um distrito de Nampula, Errel, bem como outra de Zambézia, Pebane, estavam mesmo ocupadas por grupos Nampulanos em fins de Novembro.

Dois indicativos da crescente impunidade com que a Renamo tem vindo a levar a cabo as suas acções (em contraste com a abúfia reinante nas FAM) era a pressão que forças suas vinham exercendo sobre a estratégica vila de Montepuez, em Cabo Delgado, e o aumento das sabotagens contra a linha de Nacala, em Nampula, tornando-a praticamente inoperacional.

A degenerescência por que estão a passar as FAM é considerada o mais eloquente exemplo de desintegração política e administrativa por que o Estado está a passar. Em Nampula todas as sedes dos concelhos estão nas mãos da Renamo, do mesmo modo que se tem vindo a

restringir o controlo do Governo sobre a província de Sete, principal santuário das tropas de Afonso Dhlakama.

A passividade do exército governamental, que já tem vindo a dar origem a manifestações de protesto da população, tal como aconteceu no Chokwé (Inf. 30, p. 1), conheceu um novo episódio. Um destacamento aquartelado na Manhiga, província de Maputo, bem equipado e uniformizado (material de origem inglesa), esqueceu-se a sair em perseguição de um grupo da Renamo detectado nas imediações.

Em 26 de Novembro tropas da Renamo atacaram e ocuparam durante quatro horas o bairro de Manhiga, na periferia da cidade de Beira, depois de um destacamento da Polícia ter batido em retirada. A 9 de Novembro um grupo de cerca de 80 homens da Renamo, rudimentarmente equipados, penetrou no perímetro do aeroporto de Beira para sabotar a central de comunicações e um gerador eléctrico, recentemente fornecidos pela Inglaterra.

O crescente sentimento com que a Renamo se movimenta na província de Sete ficou também patente na força descontrolada com que forças baseadas na zona de Amajongas se deslocaram em meados de Novembro para Gorongôa com a missão aparente de integrar o dispositivo de protecção do congresso do movimento de Afonso Dhlakama.

Por efeito directo ou colateral da actual escalada militar, os níveis de violência contra a população civil aumentaram. A principal quota-parte desta evidência é atribuída aos Nampulanos, cujas hostes estão avaliadas em 15 000 "guerreiros", na sua maioria jovens fanatizados. É na província de Nampula que em maior escala exercem as suas violências.

A Renamo, no entanto, também tem vindo a incorrer em excessos contra a população, devidamente verificados pelos observadores estrangeiros que integram a COMIV, criada no âmbito de um acordo parcial de cessar-fogo. No Chibuto foram referenciados 40 mortos, em Chonguete 30 e em Chiacuelane 60.

Tão amigos que nós somos

Informações adicionais acerca das diligências actualmente em curso com vista a um desamarramento das relações entre o Governo da África do Sul e a Renamo, indicam que o próprio presidente Frederik De Klerk se encontrou já com o líder do movimento, Afonso Dhlakama, em Natal.

Esta atitude de Pretória integra-se no plano de conjugados esforços internacionais que vêm sendo feitos no sentido de uma reabilitação política da Renamo - um desígnio que se admite poder vir a facilitar (Inf. 31, p. 8) o processo de negociações em Roma. Os Estados Unidos e Portugal estão também envolvidos nesses esforços.

A conversa de De Klerk com Dhlakama, descrita por fontes habilitadas como tendo sido muito cordial e bem humorada, reabriu as portas aos contactos entre o Governo sul-africano e a Renamo, praticamente interrompidos a tal nível na sequência do acordo de N'Komati, em 1984. De Klerk teve mesmo para com o seu interlocutor um inesperado gesto de boa vontade: se Dhlakama visse utilidade em voltar a utilizar aeroportos sul-africanos nas suas viagens ao estrangeiro, ficaria livre de o fazer. Desse que se viu privado desta facilidade, Dhlakama passou a utilizar Blearyre e ultimamente Natal.

Como consequência do encontro entre os dois homens, solicitado por De Klerk, o líder da Renamo tem recebido a visita de altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, incluindo o actual director-geral adjunto, Auren, sucessor de Carl Evans. Estes encontros têm-se vindo a realizar-se geralmente em Roma ou Genebra.

É praticamente certa uma participação da África do Sul, embora eventualmente de forma indirecta, na fase final das conversações destinadas a encontrar uma solução de paz para o conflito em Moçambique. Tal envolvimento é considerado vantajoso no plano do sistema de garantias de aplicação de um acordo de paz.

Moçambique precisa de uma Constituição que separe os poderes

DOMINGO

08.12.91

— defendem os líderes do PCN em conferência de imprensa

por Salomão António

O PCN, Partido da Convenção Nacional, uma outra formação política que se apresentou na passada sexta-feira em conferência de imprensa na capital moçambicana, anunciou, na circunstância, a realização da sua primeira Conferência Nacional, a ter lugar de 16 a 17 do mês em curso.

Foi dito na ocasião que a conferência, que precede o congresso, terá uma participação de setenta delegados oriundos de todas as províncias moçambicanas, para além de convidados de outras formações políticas existentes no país.

Inácio Chire e Lutero Simango, sublinharam que a conferência se vai realizar numa altura em que a democracia em Moçambique está ainda longe de ser uma realidade, em razão das dificuldades que os partidos emergentes enfrentam no desempenho da sua actividade política porque, segundo eles, o partido no poder cria muitas barreiras com o fim de dar a entender que ainda não existe uma alternativa séria em Moçambique.

De acordo com Lutero Simango, em Moçambique o poder jurídico está dependente do poder político, por isso é urgente a separação destes dois poderes para que possa existir no país uma verdadeira democracia. O Partido deve estar separado do Estado, mas a nossa Constituição não separa estes dois poderes.

Mais adiante ele disse que nestas circunstâncias qualquer Presidente que ganhar as eleições pode nomear os seus magistrados, e isto fará com que a justiça sirva e defenda os partidos no poder. Moçambique precisa de uma Constituição que garanta a separação dos poderes, porque quando um juiz é nomeado politicamente ele vai defender o poder político, disse Lutero Simango. O PCN é uma formação política que defende uma economia de mercado livre, mas um mercado livre mais civilizado do que o que actualmente se assiste em Moçambique — afirma Chire — porque este mercado só beneficia algumas pessoas.

Outras características do PCN apontadas pelo Chire relacionam-se com uma proposta para uma nova organização da sociedade baseada nas condições efectivas de Moçambique.

— Para nós o governador de uma província, por exemplo, deve ser eleito e não nomeado. Faz parte ainda do nosso programa a valorização das capacidades (humanas) nacionais; encontrar formas de desenhar uma política bancária e fiscal que concorram para o desenvolvimento do país.

Ainda a este propósito, Simango acrescentou que o PCN julga que deve haver uma combinação estreita entre o sector privado nacional e o estatal. Nunca entregar na totalidade programas ou projectos de âmbito nacional às multinacionais, devendo existir capitais mistos. "Reconhecemos que não temos uma tradição de empresariado no nosso país, mas a prioridade é para os nacionais, pois já existem muitos quadros para o desempenho desta actividade".

Instado a responderem sobre a possibilidade de uma aliança de oposição em Moçambique, os oradores afirmaram ter a consciência da necessidade de uma aliança das forças de oposição mas defendem que tal deve ser produto de uma plataforma política. Não queremos que se dêem, em Moçambique, casos que aconteçam noutras partes africanas resultantes de alianças pouco claras. Sentimos que se em Moçambique existirem vários partidos, por exemplo, isso criará uma confusão de qual o partido no poder tiraria grandes dividendos, o que não seria vital para a oposição, aliás, isso só serviria para desacreditar a oposição".

Sobre uma possível aliança com a Renamo, o PNC afirmou não existir até este momento nenhum acordo com a Renamo e com nenhum outro partido político de oposição. "Temos contactos com todas as formações políticas emergentes. Podemos vir a formar coligações mas neste momento não sabemos como o faremos".

Em relação ao facto de este Partido integrar um filho de Urias Simango e a possível utilização do nome de Simango como cavalo de batalha nas campanhas eleitorais, Chire disse que o PCN não foi pensado pelo filho de Simango e ele não surgiu para vingar o Simango. "Se o quisessem, lá-fo-lam feito juntando-se à Renamo, por exemplo. Tiveram várias oportunidades para se exilarem, mas ficaram aqui sofrendo todo o tipo de privações. A Frelimo não lhes

ajudou em nada. Quando os pais foram presos, Lutero tinha traze anos de idade e hoje ele e o irmão são licenciados, e mais um a caminho disso. Portanto, o PCN tem a sua linha política e não é uma força para vingar a morte de Urias Simango. Os filhos tiveram tempo para isso. Sabemos que os nossos inimigos têm se servido desse aspecto para nos desacreditar, mas nós estamos certos dos nossos ideais políticos".

Pronunciando-se sobre os protocolos de Roma, sobretudo o segundo, Lutero Simango afirmou o seguinte: "Temos que aceitar que a Assembleia da República está em Roma porque é lá onde se anulam as leis como aconteceu com a Lei dos Partidos. Esperamos à espera de que a Assembleia se transfira de Roma para Maputo para podermos discutir os nossos problemas. O Protocolo número dois flexibilizou um pouco a Lei dos partidos, mas continua com muitos erros. Nós já dizíamos que não concordávamos com a lei, toda a oposição disse isso, mas não foi ligada, mas como foi a Renamo, o Governo aceitou. Quer dizer, a oposição respeitada pelo Governo é só a Renamo porque tem armas, por outras palavras, o Governo só respeita armas.

"Ainda sobre este assunto Simango disse que "os dois beligerantes deviam discutir o cessar-fogo, questões relativas à formação de um exército nacional e o futuro das suas tropas e não andar a discutir a questão da lei eleitoral e dos partidos, porque isso diz respeito a todos nós. Por isso estamos à espera da transferência da capital de Roma para Maputo".

Com relação aos poderes locais, o PCN disse que não vai impor o seu regresso, mas que se dentro do seu partido houver um que queira candidatar-se, "nós vamos utilizá-lo, mas nunca vamos impor o regresso dos régulos e regulares".

Durante a conferência de imprensa, os oradores pronunciaram-se sobre a necessidade de formação de um Governo de Transição e que os mecanismos da sua formação devem merecer uma discussão de todas as partes.

A terminar sublinharam ainda mais a necessidade de o Governo e a Renamo porerem cobro ao conflito o mais rápido possível e deixarem as matérias que dizem respeito à Assembleia da República para que seja esta a discutir.

De ser agente da Frelimo

Direcção do PALMO acusa Nhamithambo

● O acusado diz que val processar a liderança do PALMO em Tribunal

A Direcção do Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO), na oposição, acusou sexta-feira o fundador do Partido Social Liberal e Democrático de Moçambique (SOL), Casimiro Nhamithambo, de ser um agente da Frelimo.

Nhamithambo foi um dos fundadores do PALMO, partido que abandonou para fundar o SOL, na sequência de uma luta interna pelo poder naquele partido.

A luta atingiu o seu auge em Maio, durante o Congresso Constitutivo do PALMO, altura em que Nhamithambo

abandonou a sala onde decorriam as sessões, na sequência de um boato que circulou de que ele era um agente infiltrado pela Frelimo.

Nhamithambo traiu consigo alguns membros da direcção do PALMO e um significativo número de simpatizantes daquela organização.

As acusações contra Nhamithambo foram feitas numa conferência de imprensa que foi convocada pela liderança do PALMO para o que se considerou de justificar à sua maneira a deserção de Nhamithambo.

Falando no referido acto, o Vice-Presidente do PALMO, António Palange, que é também um antigo membro da Frelimo, manifestou-se satisfeito com o actual rumo dos acontecimentos no PALMO e classificou a saída de Nhamithambo como uma "purificação natural e ne-

cessária" daquele Partido.

"Foi um acontecimento bastante salutar para esta formação política, portanto livrando-nos de um infiltrado que nos tinha penetrado até às unhas", frisou.

Entretanto, Casimiro Nhamithambo, reagindo às acusações da direcção do PALMO, disse-nos na manhã de ontem que irá tomar diligências no sentido de processar criminalmente o Presidente e o Vice-Presidente do PALMO.

Nhamithambo acrescentou que a direcção do PALMO terá que provar em tribunal as acusações que fez na conferência de imprensa, nomeadamente sobre a sua suposta ligação com a Frelimo.

Atualmente membro fundador do SOL diz que agirá de acordo com a lei acusando Martins Bilal e António Palange de o difamarem.

domingo, 8 de Dezembro de 1991

Ao presidente do UNAMO

PALMO endereça mensagem de congratulações

O Secretário do Comité do PALMO na Zambézia endereçou uma mensagem ao presidente do UNAMO, congratulando-o «pela forma corajosa com que se desagregou de perigoso círculo do então, UNAMO-FRELIMO, transformando claramente o UNAMO num partido político da oposição e independente».

A mensagem, assinada pelo Secretário Provincial do PALMO na Zambézia, afirma que «todo o povo moçambicano e particularmente os membros do PALMO seguem atentos as manobras que a Frelimo levava a cabo para se ramificar e se diluir no UNAMO».

«Foi preciso uma força e abnegação para atrair o leão para um campo aberto de batalha para lhe desferir publicamente um golpe mortal. E assim foi», refere a mensagem.

O documento afirma ainda que «é pena a Frelimo ser um Partido de criminosos profissionais. De outra maneira e com um mínimo de senso e ética, a Frelimo, que não passe de autêntico HITLER moçambicano, ter-se-ia demitido do poder, que é a exigência do povo moçambicano».

A terminar a mensagem refere que «o PALMO não obstante ter sofrido com a infiltração de agentes da Frelimo no seu seio, graças à tenaz resistência dos seus membros, os Frelimos camuflados acabaram sendo desmascarados como aconteceu com o sr. Gilmo Phil, tudo para que uma oposição unida surja e vença».

SEMANÁRIO 4 JAN 92

Fnac perde Moçambique

O Governo de Moçambique tentou rescindir o contrato de exploração com a FNAC-Supermercados, que possui lojas francas naquele país africano. A medida seria originada de acordo com uma fonte local, por eventuais irregularidades, nomeadamente falta de depósitos de garantias bancárias e contratos assinados sem consentimento governamental. A confirmar-se esta decisão, a empresa portuguesa deixaria de beneficiar de isenção aduaneira o que, de acordo com responsáveis da FNAC-Supermercados, deixaria de justificar os encargos de 2,25 milhões de dólares que a empresa suporta com os direitos de exploração das lojas francas. Desde o início de Dezembro que se verificavam pressões do Governo de Moçambique e as alfândegas chegaram a suspender alvarás de duas firmas sul-africanas que beneficiavam desse regime de isenção aduaneira. O contrato entre a FNAC-Supermercados e o Governo moçambicano deveria durar até Dezembro de 1992.

Na discussão do Programa

FORJA-SE A MATURIDADE DE UM PARTIDO

DOMINGO-22/12/91

O debate mais longo e mais vivo da Conferência Nacional do PCN verificou-se em torno do Programa de acção daquele partido de oposição. Trata-se de um documento de oito páginas que se debruça sobre os diversos problemas sociais, económicos e culturais da sociedade moçambicana.

O documento começa por dizer que o PCN acredita num Moçambique democrático, multipartidário e livre "onde a população moçambicana possa expressar as suas opiniões e ideias, contribuindo no processo de reconstrução do país e do próprio homem moçambicano".

Ainda na parte introdutória do Programa, o PCN afirma-se lutador por:

- Liberdade de pensamento e de expressão;
- Revalorização da família moçambicana;
- Direitos da mulher na vida comunitária;
- Um sindicalismo forte e independente que defenda eficazmente os interesses dos trabalhadores;
- Criação de um sistema de governação que dê amplas garantias de concretização do direito à segurança à saúde ao ensino à informação e ao emprego;
- Criação de condições que permitam à juventude tomar o lugar a que a sua responsabilidade perante o futuro dá direito.

A parte mais discutida do programa é a que diz respeito à política sócio-cultural do partido, cujo primeiro ponto indica que se deve "garantir um salário mínimo, generalizando-o aos vários sectores de trabalho, que permita a satisfação das necessidades básicas".

Sobre este ponto, as objecções levantadas questionavam sobre o montante necessário para a satisfação das necessidades básicas de um cidadão.

A este respeito, um delegado propôs a eliminação deste ponto, uma vez "que eu posso ganhar cem contos como salário mínimo mas se tenho dez filhos esses cem contos já não poderão garantir a satisfação das minhas necessidades básicas".

Em resposta a este ponto, Abel Mabunda, licenciado em Economia, esclareceu que é prática internacional estabelecer-se um salário mínimo, com base em estudos sócio-económicos que se efectuam com vista à determinação desse salário. "É claro que nenhum salário é satisfatório mas com o estudo sócio-económico tenta-se fazer uma aproximação das despesas de uma família normal moçambicana".

O ponto ficou assim esclarecido, mas logo a seguir colocou-se um outro onde se lê que é preciso "instituir um sistema de protecção a todas as formas de trabalho feminino e fiscalização do trabalho de menores".

O ponto aqui é a expressão "fiscalização do trabalho de menores". Questiona-se se o PCN é ou não a favor do emprego de menores. E na sala houve opiniões que defenderam a substituição da palavra "fiscalização" pela palavra "proibição". Outros ainda sugeriram, em vez de proibição, a inclusão da palavra "desencorajamento", o que igualmente foi rejeitado.

Um dos intervenientes chamou à atenção para o facto de nas zonas rurais, os menores trabalharem na machamba desde muito cedo, o que, segundo ele, não traz mal nenhum e que não seria correcto para o PCN proibir esse tipo de trabalho de menores. O debate levou a que os intervenientes propusessem a mudança da formulação, onde em vez de se falar do "trabalho de menores", passou-se a falar do "trabalho assalariado de menores", isso sim o PCN diz combater.

Outro ponto que provocou forte discussão foi aquele em que se escreve que é necessário "instituir estabelecimentos de ensino superior de reco-

nhecimento internacional nas regiões do centro e norte do país".

Questionou-se porquê instituir esses estabelecimentos apenas no centro e norte do país? "Porquê não instituí-los onde eles são, simplesmente, necessários?", perguntou um interveniente, tendo finalmente ganho a batalha, pois a redacção definitiva do ponto ficou assim: "instituir estabelecimentos de ensino superior de reconhecimento internacional em qualquer parte do país onde se achar necessário".

Outro "calcanhar de Aquiles" dos debates da conferência foi o ponto que diz que é preciso fomentar "a política de privatização dos meios de comunicação social, respeitando os valores culturais sobretudo nos audio-visuais".

Um interveniente disse a este respeito que antes de se falar da privatização dos meios de comunicação social devia-se falar da necessidade de uma maior intervenção estatal para a reabilitação dos actuais meios de comunicação social, em especial a rádio e a televisão, com vista a dotá-los de uma maior capacidade informativa.

Este ponto de vista foi objectado por aqueles outros intervenientes que disseram que a sua experiência de intervenção estatal na comunicação social suporta sempre o controlo e a manipulação dos meios de comunicação social por parte dos elementos do Governo.

Ainda neste capítulo de comunicação social, os delegados aprovaram algumas propostas de pontos a incluir no programa, entre os quais se salientam aqueles que dizem que o PCN deve lutar pela defesa da liberdade de imprensa e da criação jornalística;

- Deve lutar pela criação de associações sindicais que verdadeiramente enquadrem e defendam os profissionais da comunicação social;
- Devem-se eliminar quaisquer instituições de tutela dos meios de comunicação social;
- Deve incentivar a criação doutros meios de comunicação social para se aumentar as possibilidades de o cidadão escolher o órgão de informação que melhor o informe.

Outro ponto vivamente debatido é o que diz que é preciso "promover a prática de desporto em todas as camadas da sociedade tendo em conta a sua importância na saúde e na educação moral do homem". Esta formulação foi considerada ineficiente para resumir a importância de que se reveste o desporto na vida nacional, pelo que foram incluídos outros quatro pontos sobre a matéria desportiva.

O tipo de cultura que se promove em Moçambique e o que se deveria promover como "verdadeira" cultura constituíram outros pontos de reflexão dos delegados à conferência do PCN, os quais divergiram sobre a definição da dança moçambicana, e outros conceitos culturais importantes. Contudo, o consenso foi encontrado a uma melhor formulação foi apresentada.

Foram assim os debates no PCN. Tudo era discutível. Na análise dos estatutos também existiu o mesmo calor. Vários delegados quiseram e puderam falar. Defenderam seus pontos de vista em várias áreas. Não era para menos. Mais de 50 por cento dos presentes à conferência têm formação média ou superior. Havia muitos licenciados, e muitos graduados de nível médio. Havia professores do ensino secundário e primário. Havia médicos e engenheiros. Havia juristas e matemáticos. Havia empresários e camponeses. Havia operários e funcionários públicos, enfim havia lá dentro diversos representantes da sociedade civil moçambicana. Há-de ser assim no futuro, pois o multipartidarismo o permite.

Maputo sob investigação

UM PERITO canadiano da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), com sede em Viena, parte este mês para Moçambique para analisar o conteúdo provavelmente radioactivo de diversos recipientes enviados há alguns meses em Maputo. De acordo com o porta-voz da AIEA, Hans-Friedrich Meyer, o ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano dirigiu no dia 24 de Setembro uma carta à organização, onde dava conta da existência de material provavelmente radioactivo e pediu à Agência para determinar o seu conteúdo exacto. A AIEA ignora oficialmente a origem dos misteriosos recipientes, mas o jornal alemão "Frankfurter Allgemeine Zeitung" denunciou em Julho passado um possível tráfico ilegal de urânio em Maputo, originado na Índia ou na África do Sul.

Cólera em Moçambique

TRINTA E UMA pessoas morreram de cólera em Moçambique desde Outubro, especialmente nas províncias de Cabo Delgado, Maputo e Gaza, anunciou ontem uma fonte do Ministério da Saúde. Só na província de Maputo foram até agora diagnosticados 548 casos de contágio confirmado, embora apenas sete tenham morrido, uma vez que na região há melhores meios de combate à epidemia. A província moçambicana mais afectada pelo surto de cólera é a de Cabo Delgado, na qual as condições de segurança precárias, devido aos ataques da Renamo, dificultam o controlo do surto.

Assembleia de Deus lança rádio

A IGREJA Assembleia de Deus de Moçambique vai criar, em Maputo, uma estação de rádio privada nos primeiros meses de 1992, disse ontem à Lusa uma fonte da congregação na capital moçambicana. A nova estação emissora, que excluirá todo o tipo de programação "política", será a primeira rádio privada no país após a independência, em 1975. O pastor Luís Manuel, da comissão instaladora da nova rádio, afirmou que as emissões vão ter início no primeiro trimestre de 1992 e que o respectivo processo de legalização e registo já foi iniciado. A estação cobrirá todo o território do país e vai chamar-se Rádio Liberdade, sigla de uma congregação religiosa cuja patrocinadora.

InternÁFRICA, N.º 32 • 14 Dezembro 91

Moçambique: Uma pedra no sapato

ESTÃO em curso decretas diligências ordenadas pelo Presidente Joaquim Chissano tendo em vista encontrar uma solução de compromisso para o problema dos 16 oficiais que ainda se encontram detidos por alegada implicação numa tentativa de golpe de Estado, denunciada em 22 de Junho.

Entre os referidos oficiais encontram-se o general Sebastião Mabote (Inf.28, p.3), antigo Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas, cuja carreira entrou em declínio ainda em vida do ex-Presidente Ságuas Machal. Foi rebelde a vista de emissários de Joaquim Chissano.

Desde a primeira hora o processo da intenção foi visto como um mero atípi (Inf.14) destinado a provocar cálculos entre políticos face ao congresso da Frente que então se avizinhava. De resto, as investigações conduzidas pelo SNASP, em cujo resultado se baseou o processo instruído pela Procuradoria da República, não terão conduzido ao apuramento de factos irrefutáveis.

Isto explica que quatro dos implicados, Lequino Chambal, José Matevele, Tomás Fulano e Cipriano Maluteque tivessem sido libertados e postos em liberdade. Outros três oficiais, detidos em data posterior aos acontecimentos, brigadeiro Manuel Manjiri, coronel Leopardo e major Yamuto, acabaram também por ser libertados.

Em Setembro a Procuradoria da República anunciou publicamente a conclusão do processo, então remetido para o Tribunal Supremo. Declarações do Procurador, Eduardo Mulembwe, de que a matéria probatória indicava de facto a implicação dos oficiais numa intencional, foram interpretadas como destinadas a preservar a aparente credibilidade do processo.

Por outro lado, as iniciativas de Joaquim Chissano de "passar uma esponja sobre o caso", também podem assim surgir como um gesto de clemência, em vez de um recuo. Sabe-se, no entanto, que o assunto tem incomodado Joaquim Chissano, até por o expor a pressões de grupos internos solidários com os detidos e incomformados com a sua situação.

Além de Sebastião Mabote estão ainda detidos, entre outros, o ex-ministro do Interior, Manuel António e o general José Molane. Manuel António era muito popular no corpo de Polícia, o que fez com que a sua sorte provocasse alguma instabilidade na corporação.

O antigo ministro do Interior não gozava da inteira confiança do Presidente Joaquim Chissano. Há mesmo indicações de que a publicação da Lei que criou o novo SISE (Inf.28, p.5) foi protelada de modo a privar Manuel António de um alargamento dos seus poderes. Parte das competências do SISE ficaram sob a tutela do Ministério do Interior. A lei só foi publicada em 23 de Agosto.

A hora dos curandeiros

MOÇAMBIQUE podia ser um dos países mais ricos de África, atendendo aos seus recursos agrícolas considerados por alguns como praticamente ilimitados. Tal potencial permitiria suprir não apenas as necessidades da sua própria população, mas também as dos territórios mais desfavorecidos do continente. Mas a guerra civil que assolou o país há quinze anos tornou impossível qualquer tipo de exploração agrícola, tirando Moçambique para o segundo lugar da lista das nações mais pobres do mundo. O terror generalizou-se, praticado tanto pelos rebeldes da Renamo, como por soldados governamentais abandonados pelos seus superiores nas zonas mais remotas do país, ou por cidadãos que matam simplesmente para comer. As populações não podem permanecer nos campos, nem sequer deslocar-se de uma região para outra, sem o risco de morrerem ou ficarem mutiladas — 30 por cento da população é dada como apresentando um ou outro tipo de mutilação.

Devido a esta situação política, as pessoas abandonam os campos e concentram-se nas cidades, fugindo a um problema para cá e para lá, resultantes do sobrepovoamento urbano. Afastadas do seu contexto tradicional, vêem-se forçadas a entrar em contacto com novas realidades e necessidades. Com as suas tradições inibidas ou profundamente condicionadas pelas limitações do estado de emergência, vivem em permanente luta pela sobrevivência física e cultural.

Um aspecto tradicional que continua, apesar de tudo, a revelar-se pujante, é a fé das populações nos curandeiros. No sul do país são os Nyanga, esses «médicos» e «médicas» das comunidades shangane e ronga, quer rurais quer urbanas, que tratam as doenças através de terapêuticas tradicionais. A consulta do curandeiro começa com o tsholo, que consiste no arremesso de conchas, ossos e diversos objectos minúsculos, a fim de determinar quais são os problemas que afligem o doente. A «cura» pode exigir remédio simples — uma cerimónia em honra dos antepassados que estão ligados com o doente e por isso provocaram —

» a doença — ou terapêuticas com base em óleos, raízes, ervas e outros ingredientes.

Também pode ser necessária uma sangria, com cortes feitos por todo o corpo com uma lâmina, para que as más influências sejam expulsas mais facilmente para fora do corpo doente. Para os casos mais graves — as doenças provocadas por um espírito maligno — é necessário fazer uma femba que permita anular a makumba.

Os curandeiros podem ter dois tipos de «espíritos orientadores», originários de etnias diferentes (das denominações Va Ndau ou Va Nguno), os quais revelam a sua presença durante o clássico transe. Cada um deles tem os seus símbolos e as diferenças dependem provavelmente dos recursos tradicionais nos locais de origem de cada grupo étnico. Se for um espírito Va Ndau, o curandeiro, ao entrar em transe, usará uma capulana — pano estampado usado tradicionalmente pelas mulheres, mas que, neste caso, tem de ser toda negra — e ainda um chapéu com penas de avestruz, alguns colares com pês magísticos e brandirá o mduko, ou seja, um bastão que representa o poder do espírito. Pelo contrário,

se o espírito for um Va Nguno, o curandeiro usará uma capulana branca, colares com diferentes pês, um chapéu feito de fibras vegetais ou conchas e usa o tshona, artefacto que lhe permite capturar e «personificar» o espírito que persegue o doente.

A personificação é um momento decisivo, pois o curandeiro, ao dirigir-se ao doente, começa a falar com a voz do espírito maligno. Pode manter um diálogo, ou até invectivar o doente mas, no final, dar-lhe a oportunidade de compreender o que está mal e o que deve ser feito para achar a solução.

Os que se tornam curandeiros tiveram, geralmente, outros curandeiros como antepassados. De facto, a crença assevera que o espírito de um curandeiro não tem paz enquanto não encontra um dos seus descendentes que possa prosseguir a sua actividade.

O «ELEITO» começa por adoecer e por ter problemas nervosos que revelam a presença do espírito intranquilo: caso não consiga livrar-se dele, terá que adoptar a profissão, a qual não é coisa fácil, pelo contrário, pois representa uma vida plena de tensões. Antes de ser curandeiro, o principiante terá de estudar com um professor (um curandeiro respeitado, evidentemente) durante mais de cinco anos. Geralmente, o mestre ensina vários aprendizes, que vivem juntos num estado de completa submissão, e com a proibição de terem relações sexuais.

Durante esta aprendizagem, o aluno é ensinado a entrar em transe. Noite após noite, ao som de tambores, tentam o seu êxtase, entrando gradualmente em contacto com os seus espíritos-guias. Ao fim deste longo período, se tiverem demonstrado qualidades, fazem o exame final: o tswaso, a cerimónia de iniciação. Nessa fase, o aluno submete-se a uma série de experiências que demonstrarão a sua capacidade efectiva para entrar em ligação com os espíritos e que vão demonstrar se o seu transe é real ou fingido.

A preparação da cerimónia exige uma cabra ou um bode — é usado aquele que for do sexo oposto ao do examinando — e um galo e uma galinha que serão sacrificados em honra do espírito. Estes animais terão de viver uns dias no seio da comunidade a fim de ficarem a «conhecer» o espírito. Na véspera da cerimónia, é aberta uma cova no chão, na borda da qual terá de bater o cajado que representa o poder do espírito do mestre. Os participantes tocam tambores e entoam cânticos durante toda a noite que precede a cerimónia. No momento aprazado, o aluno começa a dançar e, finalmente, entra em transe.

O mestre ajuda-o a entrar na cova, enquanto os participantes amarram o cabrito aos ombros do aluno e o matam com uma zagaia (lança). O cabrito é esventrado e o bazo extraído, sendo o suco azedo espremido na boca do aprendiz, para pôr à prova a veracidade do seu transe: se ele for verdadeiro, o iniciado

não cuspirá o suco. Para além de ser um teste, este acto significa também o poder dos curandeiros para observar o verdadeiro estado das pessoas — onde os leigos nada vêem.

Em seguida, o aluno tem de engolir pequenos pedaços de carne do cabrito, misturados com algumas ervas azedas num pote cheio de água, tendo depois de os regurgitar, para o que é auxiliado com uma pena. A fase seguinte consiste em cortes por todo o corpo, língua incluída. O mestre aplicará um medicamento de ervas nas feridas. Entretanto, o aluno terá de se conservar em transe. Após o sacrifício do galo e da galinha, tem de beber-lhes o sangue. Seguem-se mais cortes ao corpo. Chegado a este passo da cerimónia ritual, e se tiver passado todos os testes, torna-se finalmente curandeiro, e o professor procede então à entrega dos instrumentos de trabalho ao novo colega.

Ambas estas cerimónias, o tswaso e a femba, eram normalmente realizadas à noite, mas o actual recolher obrigatório obrigou a alterar a tradição, sendo realizadas agora ao nascer do Sol. A figura do curandeiro, que antigamente era mantida pela comunidade onde exercia sem exigir pagamento, transformou-se numa profissão altamente remunerada.

Na realidade, as populações em fuga vêem-se confrontadas com problemas de desemprego e fome, cujas consequências têm impellido numa rápida transformação dos papéis sociais, modificando as atitudes e os hábitos tradicionais. É fácil encontrar agora charlatães, movidos apenas pela cobiça e exímios não só na arte do improvisado. Tal como é fácil encontrar um curandeiro que coloca os seus instrumentos numa mala de executivo, ou uma curandeira trajando uma capulana com a imagem do Papa João Paulo II.

Muitos curandeiros que vivem em Maputo constituíram uma espécie de associação, que realiza reuniões semanais durante as quais dão consultas e trocam opiniões. Não se sabe se irão trabalhar em conjunto para evitarem os abusos e as intrusões, ou se irão organizar demonstrações para os turistas, mas é provável que façam ambas as coisas.

Enquanto isso, lá num campo longínquo, um curandeiro em transe interroga provavelmente o espírito-guia acerca do destino do seu povo.

What Buthelezi wants

R.W. Johnson

As multi-party negotiations on a new constitution for South Africa get under way at last, there is a widespread impression that what is really in prospect is a two-party deal between the Government and the ANC. Of the many groups this leaves out of account, Chief Buthelezi's Inkatha movement is the most significant. In preparation for this new phase, Inkatha has transformed itself from a 'national cultural movement' into the Inkatha Freedom Party.

This transformation was to have been the great theme of this year's Inkatha national conference, held in July – but the Inkathagate scandal (delicately referred to by IFP spokesmen as 'the funding controversy') erupted just as the conference opened in July, so that the delegates were overwhelmed with newspaper stories of secret payments from the Security Police to fund Inkatha rallies. The conference was, as a result, a somewhat poignant affair.

One was continually assured that the scandal would have no impact on the average Inkatha member, visualised as a middle-aged Zulu woman from somewhere like Mtubatuba. Clearly, the scandal had had no effect on the numerous *rooi-doeke* who wandered around in menacing fashion. Wearing their red bandanas and carrying their much-discussed traditional weapons (spears and knobkerries were *de rigueur*), they all sported T-shirts extolling the virtues of peace, democracy and negotiation.

At long last Chief Buthelezi made his entrance into the vast tent housing the delegates, preceded by a praise singer, ululations and an honour guard of Inkatha Youth. There is a tendency for whites to feel uncomfortable at such displays of adulation, but it's important to remember that you won't find much difference in the way Mandela is treated, and that Jack in Luthuli's day his followers used to sing hymns about him, substituting his name for God's. In fact, the numerous whites present hardly seemed fazed – the large contingent from the IFP branch in Sandton, one of Johannesburg's plush suburbs, beamed.

Buthelezi welcomed a number of distinguished guests, including Gerrit Viljoen, Minister of Constitutional Affairs, and de Klerk's No 2, the dashing young Roelf Meyer, who was to replace Magnus Malan as Minister of Defence in the post-Inkathagate shake-up, Clive Derby-Lewis of the far-right Conservative Party, and the notorious Amichand Rajbansi, whose peccadilloes as Leader of the (Indian) House of Delegates had led to his removal from office. Why invite such figures? The unhappy truth is that Inkatha and its leader hunger after recognition. In the Seventies Buthelezi ran far ahead of Mandela in popularity polls among black South Africans and he was good currency on a wide international circuit. But as the ANC's diplomatic stranglehold grew, only the doors of the Right stayed open – and Buthelezi was eager for any international

acceptance he could get. This is why the Kwazulu cabinet room is studded with photographs of Buthelezi with Thatcher, with Reagan, with Franz-Josef Strauss, with the Pope. The same logic drives the IFP into the crazy situation where they value the presence of Treurnicht's CP at their conference.

In his pre-circulated speech, Buthelezi studiously avoided all mention of the funding scandal. Gerrit Viljoen was less circumspect and sought to bluster his way through a defence of the secret subventions. Then came Derby-Lewis, the whole point of whose speech lay in its opening. 'I bring the greetings of the Afrikaner nation,' he said, 'to the Zulu nation.' Tumult ensued with Viljoen and his party furious that they were not taken to represent the Afrikaner nation, while IFP officials denied that their party represented only Zulus. Great mention was made of the Party's Sotho and Xhosa membership while the whole Sandton section stood up to display white IFP support.

Talking to some of the latter afterwards, I found that they varied between the strikingly right-wing and the naively good-hearted, although neither description would fit the little band of whites who play a disproportionate role near the top of Inkatha's politics; chief among them is Buthelezi's speech-writer, Walter Felgate, who increasingly fronts the Party in negotiations and on TV. The presence of these whites has led to some predictable jeers, but the situation of the ANC is very similar. At activist level, you can meet ANC whites who are the equivalent of the Sandton IFP – either naively good-hearted or ideologically extreme – while at top level you find whites who are tough-minded, practical and just as influential. This continuing reliance on white intellectuals is still the common stuff of black trade unions and parties, except in the case of the PAC and Azapo – both of whom look as if they feel the lack of it pretty keenly.

Inkatha is undoubtedly bitter. On the one hand, the Party has seen most of its policy positions vindicated. In the Eighties it campaigned against sanctions, for a free enterprise system, and for the politics of negotiation rather than armed struggle – though it refused to negotiate until Mandela and other Robben Islanders were released. Meanwhile it defended its reliance on Buthelezi's Kwazulu bastion (and thus on the bantustan framework) as a necessary compromise. It has now seen the ANC abandon the armed struggle, accept negotiations, move towards a mixed economy and agree to the phased lifting of sanctions. In addition, the ANC has established a close relationship with several bantustan governments, explicitly promising to preserve civil service jobs (and thus the administrative structure) of those that befriend it.

Despite this *de facto* policy convergence, there has not been any improvement at all in relations between the ANC and the IFP, which convinces Buthelezi and his movement that

the ANC is not really interested in compromise. The fact that the ANC can be so tolerant of Transkei or Kangwane and happily accept subventions and hospitality from Venda, while still demanding the dissolution of Kwazulu, suggests to Inkatha that it has been targeted as an enemy, irrespective of principle. The result is a profoundly suspicious and defensive posture, with Buthelezi repeatedly pleading for peace and compromise but making it clear that he will fight to the death if he doesn't get it. Meanwhile the IFP watches with bitter cynicism as its former friends in the diplomatic and business communities now rush to join the queue to press flesh with the ANC. Looked at from their point of view, the movement's acceptance of hidden government subsidies for a few rallies seems fairly trivial – especially since the sums involved pale in comparison with those the ANC receives from various sources.

The damage done by Inkathagate was less about money, however, than about the revelation of collusion between Inkatha and the security police at a point when the air was already thick with ANC allegations of collusion of this kind in township violence. This is an area in which very little can be said with confidence, particularly since many of the agencies claiming to monitor the violence are in practice highly partisan organisations. The Defence and Aid Fund, for example, appeals for help for 'ANC victims' of township violence, but when IFP members get massacred they are merely 'alleged' supporters of Inkatha. What one can say is that there is an enormous battery of evidence indicating that violence has been initiated by Inkatha members as well as multitudinous reports suggesting Police-Inkatha collusion. How far up the hierarchy of either the security forces or Inkatha such collusion goes is impossible to know. But collusion there clearly is, and there can be no doubting the ferocity of the Inkatha impi on the warpath – or the hatred which is felt for the movement in the Reef townships.

For many this is the end of the matter. Inkatha, they would say, is merely a state terrorist organisation: indeed, so integrally part of the state that there is no point in negotiating with it when one can negotiate with its master. There are also those who say that on these grounds Inkatha ought to be suppressed, or even exterminated. Clearly, this is a dangerous – and a colonialist – way of thinking.

The attempt to write Inkatha off as a puppet of the state disregards the fact that it has a genuine constituency. It still enjoys large-scale support in Natal and has a considerable following even on the Reef – it should not be forgotten that Zulus are the largest single ethnic minority in Soweto. Moreover, it has an organisational infrastructure which means that it can sometimes muster its troops (literal or metaphorical) more effectively than the ANC.

For all the disclaimers of the IFP leadership, the mobilisation of an impi of several thousand to surround the hotel where the 15 August Peace Pact was being signed was an impressive demonstration of Inkatha's ability to dom-

inate even the streets of central Johannesburg when it wants to.

Inkatha claims to have the largest membership of any black organisation in South African history. This was undoubtedly true for much of the Seventies and Eighties: the ANC of the Fifties never accumulated much of a mass membership, and until 1990 Inkatha had little real competition. It claimed 984,177 members in 2013 branches in 1984, almost 1.6 million members in 3000 branches in 1989, and today the figure of two million members is generally quoted. IFP officials claim that Inkathagate has hurt the movement only among the white liberal intelligentsia.

No doubt the launching of the IFP, and with it the creation of branches outside Natal, will have seen some membership increase, but the two million figure is patently absurd. In any case, most of its membership is in Kwazulu - where membership is often brought about by administrative coercion. Nothing has alienated educated Zulus from Inkatha so much as these enforced recruitment drives, although the intelligentsia has a more general dislike of Inkatha's adherence to hierarchy, monarchy and tradition. The Party also suffers from being perceived as a one-man band: any mention of it is immediately followed by a discussion of Buthelezi's tetchy personality and both supporters and opponents of the IFP quite normally phrase their position in terms of their attitude to Buthelezi. So over-personalised is the movement that there is real doubt as to how well it would survive Buthelezi's disappearance.

Opinion polls regularly show IFP support at 5 per cent or less - but this may be deceptive. Rural South Africa remains unpolled and the IFP's largest following is in rural Natal, while on the Reef some IFP supporters, knowing that they are part of a hated minority, probably hide their allegiance. Even so, Lawrence Schlemmer's mid-1991 survey of opinion in the major metropolitan areas found that IFP support among hostel-dwellers was, at 71 per cent, higher than the ANC achieved in any of the townships surveyed. The IFP has now launched a Hostel Dwellers' Association which obviously has a large potential: there are two million hostel-dwellers in South Africa, twice as many as there are COSATU members - and the IFP's call for an upgrading of the hostels has far more appeal to them than the ANC's call for the dismantling of the hostel system.

The 15 August Peace Pact was in some degree a realisation of Inkatha's hopes, for it was staged essentially as a tripartite deal between the Government, the ANC and the IFP. This is how Buthelezi would like South Africa to be ruled: a troika consisting of de Klerk, Mandela and himself would convey a relationship of parity between the ANC and IFP. Knowing that such a notion is dismissed out of hand by the ANC, the IFP has a second-line ambition

should a troika be unobtainable: to pull sufficient electoral support across the country to become an indispensable, if junior coalition partner. This strategy underlies its expansion into the Transvaal and Orange Free State. Given that the future electoral system seems certain to be some variant of proportional representation, even its 12 per cent support level on the East Rand could produce valuable seats.

As constitutional negotiations get under way, the IFP will push for a strong form of federalism, and hope to draw on the support not only of de Klerk but of Ciskei and Bophuthatswana. (In the event of a strongly federalist solution Lesotho may apply for re-incorporation into South Africa.) If all else fails, however, Buthelezi will wish to be assured of a secure federal base in Kwazulu-Natal - though even there the IFP position will be strongly contested by the ANC. The history of federation elsewhere in Africa suggests that those in power at the centre can seldom resist the temptation to plunder and reduce such federal arenas. In such an eventuality, Kwazulu-Natal would threaten to become South Africa's Biafra.

The ANC, for its part, remains wedded to the notion of a unitary state and sees federalism as a half-way house towards ethnic homelands and the like. In addition, the ANC is still fixated by the example of Verwoerd: possessing unlimited power at the centre, he was able to impose his grotesque experiment in social engineering on the whole country, keeping Africans in rural areas, keeping Indians out of the OFS, moving people around at will, and even creating new states. The ANC has its own plans for ambitious social engineering and its élites are keen for their full share of power and its fruits. Common sense suggests they must yield to some degree of federalism - the country is so big and so riven by racial, linguistic and religious divisions that another set of centralising Prussians in Pretoria is about the last thing it needs. As yet, all outcomes remain open: the fearsome violence on the Reef and in Natal will do nothing to make easier the task of compromise and conciliation, but it has, by the same token, pointed to its clear necessity.

London Review of Books

19 December 1991

Mandela admite opção-Zimbabwe

NUM ano em que as negociações para eliminar o regime de «apartheid» na África do Sul deram passos irreversíveis, o líder do ANC, Nelson Mandela, admitiu há dias a possibilidade de o futuro Parlamento da Cidade do Cabo reservar, durante um período transitório, parte dos seus assentos a deputados eleitos pela população branca.

Em declarações ao jornal «Sunday Star», de Joanesburgo, Mandela reiterou o seu apoio a um eventual Governo de coligação durante os primeiros anos de vigência de um regime multipartidário, mas foi a primeira vez que estabeleceu um paralelismo com a solução aplicada no Zimbábue (antiga Rodésia).

Segundo a Constituição zimbabueana, elaborada em Londres após a independência do país, 20 dos 100 lugares do Parlamento foram reservados aos eleitos da minoria

branca, que não ultrapassava dois por cento da população.

Entretanto, elementos da extrema-direita sul-africana foram citados por fontes oficiais como «prováveis responsáveis» pela onda de atentados à bomba que nos últimos dias destruiu edifícios públicos.

Um dos alvos foi uma escola secundária que, inicialmente fora reservada a alunos brancos, mas que admite estudantes de todas as raças.

Bombas na África do Sul

DUAS BOMBAS de grande potência explodiram ontem em duas estações de correio nas cidades de Krugersdorp e Verwoerdburg, no Transvaal, uma região politicamente conservadora próximo de Joanesburgo. A polícia afirmou que os estragos provocados pelas explosões, que ainda não foram reivindicadas, ascendem a dez milhões de randos. As suspeitas incidem sobre a extrema-direita branca, que têm vindo a desenvolver uma campanha de atentados desde há duas semanas, para protestar contra a abertura das negociações constitucionais que devem pôr termo ao domínio da minoria branca. A polícia sul-africana informou ainda que na noite de quarta-feira foram mortos dois polícias no «ghetto» negro de Kadetong, também próximo de Joanesburgo. Em Dezembro passado, o Exército de Libertação do Povo Azariano (APLA), o braço armado do Congresso Pan-Africano, reivindicou a responsabilidade dos ataques contra as forças policiais. ■

Uma TV pós-«apartheid»

UM NOVO CANAL de televisão é hoje lançado na África do Sul pela sociedade pública de radiotelevisão SABC, que marcará o fim «do apartheid de ondas», anunciou o director-geral do novo canal, Madala Mphahlele. Baptizado de «Valores Contemporâneos da Comunidade», a nova televisão vai integrar os dois canais de base étnica, o TV2 dos tribos zulu e xhosa, e o TV3, de Sotho e Tswana e o canal de diversões em língua inglesa, TV4. Mphahlele salientou que a África do Sul está a caminhar para a unidade e que, por isso, a televisão deve mostrar o exemplo. ■

Maioria absoluta para ANC

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) obterá 54,21 por cento dos votos e mais de metade dos deputados num Parlamento sul-africano que fosse agora eleito por sufrágio universal — indicam sondagens divulgadas ontem em Joanesburgo pela revista «Financial Mail».

O Partido Nacional, há quase 44 anos no poder, teria 22,87 por cento dos votos e 47 lugares num Parlamento de 200, que seria dominado pelos 110 do ANC. E o Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, 4,87 por cento e nove deputados.

Em quarto lugar, «ex-aequo», com oito deputados cada, ficariam a Organização Popular da Azânia (AZAPO), o Congresso Pan-Africano (PAC) e o Partido Comunista. Depois deles, respectivamente com seis e com quatro depu-

dos, o Partido Democrático e o Conservador.

Uma vez que nenhuma das forças chegaria aos dois terços necessários para aprovar no Parlamento uma Constituição inteiramente a seu favor, o estudo feito por um consultor financeiro — com bases nas sondagens — sublinha a necessidade de consensos, que teriam provavelmente de incluir o Partido Nacional, de Frederik de Klerk.

Em eleições a efectuar nesta altura, o partido do actual Presidente da República conseguiria 58 por cento do voto dos brancos (face a 21 por cento para os conservadores), 49 do voto mestiço e 30 do indiano, sendo o primeiro em qualquer destes grupos populacionais. No entanto, as primeiras eleições sul-africanas por sufrágio universal ainda têm de durar pelo menos um ano. ■

Levantamento das sanções desenvolve economia sul-africana

A economia norte-americana entra, entretanto, em recessão, o valor do dólar cai, e o Presidente dos EUA, George Bush, lança uma campanha interna sob o lema "Exportar é criar postos de trabalho". Este slogan aplica-se como uma luva à África do Sul (RSA). Com efeito, até agora, as exportações sul-africanas beneficiavam da procura no mercado internacional devido à extremamente baixa cotação do rand.

A pesar das sanções, a África do Sul exportava para um vasto leque de países, com empresários intermédios a darem acabamento a produtos e etiquetaram a mercadoria com origem em Estados europeus ou asiáticos bem longínquos de Pretória.

Por outro lado, países da América do Sul e Latina, bem como da própria África, serviram de entreposto às exportações sul-africanas que assim conseguiram sobreviver o período difícil da asfixia das sanções internacionais.

Eis que agora o levantamento das restrições ao comércio com a RSA, face aos mais recentes desenvolvimentos no processo de erradicação do *apartheid* está a imprimir uma nova dinâmica de reajustamentos.

Nas vésperas do Natal realizou-se em Kempton Park, arredores de Joanesburgo, o importante fórum designado com a sigla Codesa, que significa Convenção para uma África do Sul Democrática, na qual tomaram parte 19 partidos, organizações e movimentos políticos, religiosos, sindicais e económicos da RSA, que discutiram o futuro da África do Sul e as possíveis vias de implementar passos decisivos para se chegar a uma Nova Constituição através de uma Assembleia Constituinte eleita democraticamente e já sem o sistema segregacionista.

Embora nem todas as delegações participantes tenham aderido, foi assinada uma Declaração de Intenções.

É importante assinalar que a cimeira interna foi acompanhada por membros do corpo diplomático acreditado na África do Sul, tendo Portugal sido representado pelo embaixador Jorge Marques Leitão Ricco.

A comissão coordenadora e organizativa da Codesa convidou expressamente as mais altas instituições internacionais a assistir ao evento, nomeada-

mente a ONU, a Organização da Unidade Africana (OUA), a Commonwealth e o Movimento dos Não Alinhados.

Está portanto a República da África do Sul a tentar resolver os diferendos internos para se chegar a consenso, e a nova convocação de Codesa (II) está agendada para se efectuar antes de Março próximo. É óbvio que as decisões de carácter político da cimeira sul-africana não poderão deixar de vir a ter reflexo na economia do país.

Um dos pontos em foco é a viabilidade da formação de um Governo de transição, tema que vai ser objecto de intervenção por parte do Presidente de Klerk, na abertura do Parlamento, na Cidade do Cabo, no dia 24 de Janeiro.

Apanhada no vértice da reestruturação da atmosfera mundial, a África do Sul começa a debater-se com uma realidade de sanções à gradual abertura de novos mercados.

Perspectivas de crescimento

A Safto, Associação do Comércio Externo Sul-Africano, calcula que o crescimento real das exportações da RSA neste novo ano será da ordem dos cinco por cento, especialmente em produtos manufacturados.

Factores decisivos a influenciar o incremento do comércio externo são certamente o levantamento das sanções, tanto pelos Estados Unidos da América do Norte como sobretudo pelos países membros da Comunidade Económica Europeia, onde a Dinamarca tem bloqueado a circulação na CEE de ferro, de aço e de moedas de ouro. E terá de se ter em conta que o colapso da União Soviética poderá afectar o preço de metais básicos e preciosos, condicionando o valor de entrada de divisas na RSA, correspondentes às exportações do ramo mineiro.

Dados estatísticos divulgados pelas Alfândegas e Impostos (Customs and Excise) indicam que o comércio da África do Sul atingiu um montante record de 16,8 mil milhões de randes no período de Janeiro a Novembro (inclusive) de 1991.

O aumento efectivo de treze por cento que tal montante representa é explicado por especialistas face à conjuntura mundial de reduzido cresci-

mento económico, a baixa dos preços de alguns produtos de consumo e apreciação do rand em termos reais.

Regista-se ainda que as exportações sul-africanas para África estão a expandir em números impressionantes.

Um cada vez maior número de países está a fazer viagens de negócios com empresários sul-africanos, procurando garantir contratos de fornecimentos beneficiados com a introdução do VAT (imposto correspondente ao IVA), que está isento nas exportações e, ainda, através do Geis, sigla de incentivo geral para a exportação.

É precisamente este incentivo para a exportação, conforme indica a analista Zila Efrat no semanário *Business Times*, que ajudou a ascender as exportações de produtos manufacturados entre Janeiro e Novembro do ano transacto, fundamentado nas seguintes estatísticas: quarenta e seis por cento mais em plásticos durante período idêntico do ano anterior; trinta e dois por cento em equipamento de transporte; vinte e quatro por cento em químicos e dezito por cento em maquinaria. Todavia, deve-se reconhecer que a economia sul-africana está a sofrer também uma recessão significativa.

Por um lado continua a verificar-se um clima de violência em várias zonas do país, apesar do Acordo de Paz assinado entre as principais formações políticas. Os prejuízos materiais e de vidas humanas (mortos, feridos e desalojados) continuam a afectar a economia, com instalações danificadas, tanto de estabelecimentos fabris como comerciais e, ainda, habitações.

O encerramento de minas e de complexos metalúrgicos tem lançado centenas de milhares de trabalhadores no desemprego, a inflação atinge agora um maior número de produtos de consumo, não apenas devido à introdução do VAT (IVA local), mas em consequência das situações anteriores de greves, boicote ao comércio e uma desordenada e desleal concorrência, com as barracas dos vendedores ambulantes a invadirem os principais centros urbanos, chegando ao ponto de se colocarem em frente dos hotéis de maior prestígio da África do Sul...

Tudo indica que o grande desafio que a África do Sul vai enfrentar este ano será o de poder corresponder à procura internacional dos seus produtos, tentando aumentar a exportação sem contudo diminuir o abastecimento do mercado interno.

Estabilidade

Mas isso afigura-se extremamente problemático já que o encerramento de grandes complexos fabris, a redução da produção mineira e a alternativa do capital estrangeiro investido noutras regiões, sem violência, tornará extremamente difícil ao país conciliar ambas as coisas.

A não ser que se consiga uma estabilidade política, paracanal efectiva e relançamento da economia, o que não se vislumbra (até), mesmo com as perspectivas de Codesa II e da colaboração e acompanhamento internacional desta decisiva época de viragem na África Austral.

Zimbabwe

Man-made river

FROM OUR HARARE CORRESPONDENT

WORDS of warning are writ large on a billboard over Bulawayo's main shopping street: "Only 18 weeks of water left." Shops sport decorations urging citizens to use less water. Zimbabwe's second city, with nearly 1m people, is threatened with drying up.

Local rainfall has been "normal" in only two of the past 13 years, and there has been a drought in four; in the other years the rains have been at best patchy. Bulawayo's reservoirs are drying out, barely replenished by the feeble rains of the present season. Usable reserves had at the end of 1991 dwindled to 27m cubic metres. Given the city's normal needs, that meant it had only 18 weeks of water remaining. Rationing limits industry to 80% of its requirements, and households to 600 litres a day. The city council is tightening those restrictions, and planning for standpipes once the house-to-house pipes must be cut off.

The radical solution, now gathering appeal, is to pipe water to the city from the Zambezi river, 400 kilometres (250 miles) away to the north. A coalition of Bulawayo businessmen and politicians has commissioned a study from a South African engineering firm, which seems to show that abstracting the equivalent of just 90 seconds of the immense river's daily flow could provide all the water the city needs, and irrigate farms in the parched Matabeleland countryside. A clergyman preaches that conservation and prayer are the only ways to combat the water crisis—together with donations to the Zambezi Water Project.

For once, the people, black and white, are united. In four months the Matabeleland Zambezi Water Project has raised Z\$5.5m (\$1.1m) in donations, with schoolchildren and pensioners chipping in alongside large companies. Although it is an impressive sum, the whole pipeline would cost some Z\$900m. Spotting lucrative contracts, no fewer than seven foreign missions (Japanese and Canadians to the fore) have approached the project committee. But a big contract would imply government-to-government loans and guarantees. For that, President Robert Mugabe's government in the capital, Harare, must endorse the project as its own.

Bulawayo's industries provide the chief successes of the government's economic reforms, which are intended to promote manufactured exports; of the city's textile manufactures, Z\$250m-worth go for export, against domestic sales worth Z\$650m. On the face of it, the government would gain by providing Bulawayo with enough water. Local people have been pleading with the government in Harare for five years, to no avail.

Harare politicians are used to letting everything happen by the timetable of Mr Mugabe's ruling ZANU-PF party. Matabeleland, of which Bulawayo is the capital, is the stronghold of the Ndebele people—2m of Zimbabwe's 10m population, who backed (sometimes with violence) the opposition to Mr Mugabe, until their veteran leader, Joshua Nkomo, merged his mainly Ndebele party with ZANU in 1987. Memories linger of the Matabeleland insurgency of 1982-87, in which government forces were brutal, and 10,000 people died or disappeared. In those years the government did little to develop Matabeleland, and it has done precious little since. To be fair, other Zimbabwean cities like Mutare and Masvingo also face serious water shortages, but none appears as drastic as Bulawayo's.

Bulawayo's boosters are now confident they can get the pipeline project into the new national five-year plan, due to be published in February. The local lobby, through its Zambezi Water Project, hopes to force the government's hand by paying Z\$15m for engineers' blueprints, and lining up an international financial package so that construction of the pipeline can start as soon as possible.

Optimists reckon that ground could be broken in 1992, and water flowing by mid-1993. Conservationists, anxious that one pipeline from the Zambezi could be followed by others, are not so happy. Nor, no doubt, is the government, desperate to cut its spending without upsetting its own supporters, few of whom live in Bulawayo.

THE ECONOMIST JANUARY 6TH 1992

PÚBLICO DE QUARTA-FEIRA, 1 JANEIRO 1992

Kaunda deixa política

O ANTIGO presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, declarou ontem — numa entrevista à agência Reuter — que tenciona deixar a política depois da sua derrota eleitoral de Outubro e que se dedicará a promover a paz no mundo. Revelou que aproveitará este mês o congresso do United Nacional Independence Party (UNIP) para se desmitificar de líder, após uma carreira de mais de 30 anos. ■